

**HARMONIZAÇÃO GRÁFICA DA TOPONÍMIA DA PROVÍNCIA DO UÍJE**

**Jaques Mpova Nzuze Tomás**

**Dissertação de Mestrado em Terminologia e Gestão da  
Informação de Especialidade**

Maio, 2015

---

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, para obtenção do grau de Mestre em Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade, realizada sob a orientação científica da Professora Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino.

## DECLARAÇÕES

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

---

Lisboa, ...../...../2015

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora,

---

Lisboa, 04 de Maio de 2015

Aos meus pais (Tomás e Ngandu), aos filhos, Marino do Rosário Panzo Tomás, Daniel Mpanda Panzo Tomás, Filipe Matondo Panzo Tomás e à comunidade académica e de investigadores da Província do Uíje, que lutam pela identidade cultural, histórica e linguística da toponímia do Uíje.

## **AGRADECIMENTOS**

No mundo actual, do nada, nada surge, nada por acaso. Por isso, agradeço a Deus, autor da vida e por me ter dado graças, forças e capacidades mentais e físicas para a realização da formação e a concretização deste trabalho do fim de curso.

Agradeço, de igual modo, à Professora Doutora Maria Teresa da Fonseca Lino pela atitude disciplinada, sábia e afável na orientação do mesmo.

Agradeço aos docentes do Curso de Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade e aos demais docentes convidados, pelas suas conferências, bem como o apoio moral incondicional dos Professores Doutores Manuel Quivuna e Quibongue Mudiambo, sobretudo pela recepção merecida no dia da minha chegada a Lisboa.

Agradeço à Comissão Interministerial de Angola, na pessoa da Dra. Paula Henriques e Dr. Correia Caetano e outros, pelo acompanhamento durante a formação e o apoio moral e bibliográfico para a realização do trabalho.

Meus agradecimentos se estendem ao ISCED do Uíje, com destaque para o Director Geral, Padre Doutor Siro Francisco Caetano e seus colaboradores, Dr. Matondo Bige e Dr. Garcia Marcelino, o chefe do Departamento de Letras Modernas, Dr. Manuel Fausto e todos os docentes que apoiaram a minha escolha para este desafio da nação angolana e da província do Uíje, em particular.

Agradeço aos meus pais (Tomás e Ngandu) que, no momento mais difícil da sua saúde, permitiram a minha ausência. De igual modo, à minha esposa e filhos e a todos os familiares que consentiram sacrifícios por esta causa.

Agradeço aos colegas dos projectos de Terminologia e de Toponímia em particular que, de um modo especial, muito colaboraram com suas opiniões e apoio bibliográfico; ao Sr. Adriano de Sousa (Governo Provincial do Uíje) e a algumas autoridades tradicionais, pelo subsídio dado no que tange aos dados utilizados no trabalho; aos familiares, amigos (Jesus, Zabaka e Mafwani) e benfeitores (família Tavares, Ceja, Nlandu e Juliana) e a todos os que, directa ou indirectamente, contribuíram para o êxito deste trabalho.

A todos, a minha profunda e eterna gratidão e que Deus vos recompense.

“A língua é uma realidade inseparável da experiência de um mundo cultural próprio”.

(Rodrigues, Adriano Duarte, in AA.VV. 1991)

## RESUMO

No quadro do programa nacional angolano de desenvolvimento dos trabalhos da Comissão Multisectorial para o Acordo Ortográfico de 1990, com o objectivo de se efectuar a recolha de informação sociolinguística e cultural sobre a toponímia e a antroponímia, para a elaboração do Vocabulário Ortográfico Nacional, a presente dissertação visa sublinhar a necessidade e a importância do estudo da Toponímia na Província do Uíje, com destaque para os municípios-sede da província e algumas aldeias do Município-sede do Uíje, onde indicamos como principal objectivo a harmonização gráfica toponímica, na perspectiva da Língua Kikongo em contacto com o Português.

Noutra vertente do trabalho, fizemos uma análise real da situação geográfica, histórica e etnolinguística da província, onde destacamos os aspectos culturais, a identidade linguística da província, a realidade da língua como facto social e de integração, etc. Por outro lado, focamos alguns aspectos sobre a língua Kikongo e Portuguesa como realidade angolana e a relação entre Lexicologia e Toponímia, na perspectiva de que uma pode implicar a outra, pois os nomes de lugares não deixam ser unidades lexicais susceptíveis de análise linguística.

Salientamos, de igual modo, aspectos característicos da língua Kikongo com maior destaque para a área da morfologia, da fonética e da fonologia, como sectores fundamentais da estrutura das palavras ou unidades lexicais. Procuramos reflectir sobre o fenómeno do contacto de línguas como um dos principais factores que esteve na base das mudanças gráficas de muitos dos topónimos existentes na província do Uíje.

Por fim, identificamos alguns topónimos que mereceram um tratamento analítico-descritivo, comparativo, resultando numa base de dados e procuramos propor uma grafia, tendo em conta as questões históricas do momento, indicando a língua de origem (Kikongo ou Kimbundu) e a língua pela qual sofreram alterações gráficas (Português).

Palavras-chave: Onomástica, Toponímia, Antroponímia, Lexicologia, Harmonização Gráfica, Província do Uíje

## ABSTRACT

Within the framework of the Angolan natural programme for the development of the works of the Multisector Commission for the Orthographic Agreement of 1990, with a view to collecting socio-linguistic and cultural information on toponymy and anthropology for the creation of the National Orthographic Vocabulary, the present dissertation aims to emphasize the need and importance of the toponymy of the Province of Uíje. It gives prominence to the capital-municipalities of the province and some villages of the capital municipality of Uíje, where we show as the objective orthographic toponymic harmonisation concerning the Kikongo language in contact with Portuguese.

In another area of the work, we conducted a thorough analysis of the geographical, historical and ethno-linguistic situation of the province, where we highlight the cultural aspects, the linguistic identity of the provinces, the reality of the language as a social factor and factor of integration, etc. On the other hand, we focus on some aspects of the Kikongo language and Portuguese as an Angolan reality, and toponymy and how the one can influence the other, since place names are still lexical units subject to linguistic analysis.

In the same way, we stress characteristic aspects of the Kikongo language with greater emphasis in the areas of morphology, phonetics and phonology as fundamental elements in the structure of words or lexical units. We aim to reflect on the phenomenon of contact between language as one of the principal factors which were at the root of orthographic changes in many of the toponymic in the province of Uíje.

Finally, we identify some of the toponymies that merit analytical, descriptive and comparative treatment, resulting in a database, and we propose an orthography, taking into account current historical questions, indicating the language of origin (Kikongo or Kimbundu) and the language from which they underwent orthographic alterations (Portuguese).

**Key words:** Onomastics, Toponymy, Anthroponomy, Lexicology, Orthography, Harmonisation, Province of Uíje.

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
1. O PROBLEMA.....	4
2. JUSTIFICAÇÃO.....	5
3. OBJECTIVOS .....	6
4. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO .....	6
CAPÍTULO I - SITUAÇÃO GEOGRÁFICO-HISTÓRICA E SÓCIO-ETNOLINGUÍSTICA DA PROVÍNCIA DO UÍJE .....	7
1.1. A realidade geográfica da Província do Uíje .....	8
1.2. Situação histórica da Província do Uíje .....	11
1.3. Caracterização sociolinguística da Província do Uíje .....	12
1.4. Caracterização etnolinguística da Província do Uíje .....	14
1.5. A língua como facto social, cultural, factor de integração e unidade .....	20
1.6. O Português e o Kikongo como línguas de Angola .....	25
1.6.1. O caso do Português .....	25
1.6.2. O caso do Kikongo .....	28
CAPÍTULO II - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: LEXICOLOGIA E TOPONÍMIA .....	30
2.1. Lexicologia e Toponímia .....	31
2.1.1. Lexicologia: ciência da Linguística .....	32
2.1.2. Toponímia, Onomástica e Lexicologia .....	34
2.1.3. Toponímia e Antroponímia .....	39
2.2. A morfologia do Kikongo e formação dos topónimos .....	40
2.3. Características fonológicas do Kikongo: implicação na grafia e pronúncia dos topónimos .....	42
2.4. O contacto de línguas na estruturação dos topónimos da Província do Uíje.....	46
CAPÍTULO III – METODOLOGIA E PROPOSTA DE HARMONIZAÇÃO GRÁFICA .....	49
3.1. Métodos de recolha de dados .....	50

3.2. Corpus de topónimos e análise de dados .....	51
3.3. Valor percentual taxonímica .....	54
3.4. Base de dados lexicográfico-toponímica .....	56
3.5. Proposta de harmonização gráfica .....	57
CONCLUSÕES .....	62
BIBLIOGRAFIA .....	64
ANEXOS .....	73

## INTRODUÇÃO

O estudo da toponímia é, hoje, um assunto importante, que diz respeito à identidade cultural, histórico-geográfica e linguística de cada povo, afirmando a sua identidade. Cada povo identifica-se, nos vários aspectos da vida quotidiana, com seus usos e costumes.

Em consequência da situação político-administrativa relativa ao contexto da colonização portuguesa que o país viveu, a partir do século XV, a grafia dos topónimos do Kikongo sofreu influências do Português colocando, deste modo, um duplo sistema fonético-fonológico, isto é, topónimos com uma grafia mista ou com características fonético-fonológicas de cada uma das línguas.

Com o desenvolvimento das línguas angolanas de origem bantu e, em especial do Kikongo, nestes últimos anos, urge a necessidade e a pertinência de procurar conciliar os dados históricos, culturais, sociais, geográficos e, sobretudo linguísticos, fazendo com que a realidade desta língua seja analisada com vista à sua coerência e coesão funcionais, sob o ponto de vista fonético-fonológico, morfológico, lexical e semântico.

A harmonização gráfica dos topónimos, na vertente da língua Kikongo em contacto com o Português, tem como objectivo principal a valorização do factor cultural, histórico, social, cultural e linguístico da atribuição dos nomes de lugares na língua de origem. Aliás, é propósito do Governo a valorização das línguas angolanas, na medida em que «as Línguas Nacionais, suporte e veículo das heranças culturais, exigem um tratamento privilegiado, pois que constituem um dos fundamentos importantes da Identidade Cultural do Povo Angolano»<sup>1</sup>.

Depois de apresentarmos o problema da Toponímia, a justificação, os objectivos e a delimitação do estudo, enquanto elementos estruturais e preliminares, este trabalho está dividido em três partes fundamentais: na primeira sublinhamos aspectos geográficos, históricos, sociolinguísticos e etnolinguísticos de Angola, em geral, e da Província do Uíje, em particular, isto é, uma caracterização pormenorizada da realidade da província, de forma a permitir uma compreensão do seu património histórico-cultural, sociolinguístico e etnolinguístico em contexto de línguas bantu.

---

<sup>1</sup> Cf. Diário da República – Órgão Oficial da República Popular de Angola, I Série – nº 41, Sábado, 23 de Maio de 1987.

Neste cômputo, a língua Kikongo centra-se, ao lado do Português, numa análise comparativa, como guia para que a harmonização gráfica dos topónimos seja uma realidade em Angola, em geral, e da província do Uíje, em particular, espaço ao qual delimitamos a nossa pesquisa.

Na segunda parte, procuramos conciliar os estudos da toponímia, no contexto do estudo do léxico aplicado ao Português e ao Kikongo, como forma de resgatar os valores culturais, históricos, sociais e, fundamentalmente, linguísticos que lhe dão sentido, procurando colocar a Lexicologia, enquanto ciência da Linguística ao lado da Toponímia que, regra geral, é um estudo no domínio da Onomástica (estudo da Antroponímia e Toponímia); mas os topónimos não deixam de ser unidades lexicais muito específicas (nomes próprios) que são também objecto de estudo da Lexicologia.

Por outro lado, temos como aspectos fundamentais deste trabalho, a análise morfológica e fonético-fonológica da língua Kikongo, procurando articular a sua funcionalidade com a realidade histórico-cultural, próprias dum povo que afirma cada vez mais a sua identidade. Não obstante esta realidade e, não desprezando o factor contacto de línguas, como processo que dá origem a novas unidades lexicais, numa outra língua, preocupamo-nos com o carácter gráfico dos topónimos.

Depois de levarmos em consideração estes dados, na terceira parte do trabalho propomos uma metodologia, cujos elementos de destaque são documentos escritos, entrevistas, conversas com algumas pessoas (mais velhas); uma análise estatística de que resultou uma apresentação da base de dados de alguns topónimos da Província.

No mesmo itinerário, considerando as necessidades históricas, culturais e linguísticas, sobretudo, e dando anuência aos dados, efectivamos uma breve proposta de harmonização gráfica dos topónimos, na língua Kikongo e em Português, tendo em conta o factor contacto de línguas.

Apresentamos as devidas conclusões e algumas recomendações que possam ajudar a uma melhor compreensão do assunto e a uma tomada de decisão por quem de direito na utilização dos dados apresentados.

Precisamos esclarecer que, a nossa posição inicial, para grafar o nome da província, durante este trabalho, é “*Uije*”, usando o grafema “j”, tendo em consideração a explicação

que se encontra no ponto nº 9 sobre a proposta de harmonização gráfica e, como não deixaria de ser, a que se usa em documentos mais antigos, sobretudo da Igreja Católica<sup>2</sup>.

Porém, ao longo do trabalho, o leitor vai deparar-se com outras duas formas: *Uíge* e *Wizi*. A primeira regista-se, maioritariamente, em documentos administrativos do governo angolano, através de instituições públicas. Já a terceira, refere-se ao respeito a uma proposta apresentada pelo professor Manuel Quivuna na sua tese de doutoramento<sup>3</sup>. Portanto, as duas formas surgem segundo regras de carácter científico, conforme se pode conferir no corpo do trabalho.

Assim, este trabalho não é um produto acabado, precisa de críticas construtivas para que seja melhorado num futuro próximo.

---

<sup>2</sup> Cf. Malundo, Nelson, *Relatório Anual 2004. Diocese do Uíje*, Uíje, 2004: 29 ss.

<sup>3</sup> Cf. Quivuna, Manuel. *Lexicologia Aplicada ao Ensino do Léxico em Português Língua não Materna*. Edições Colibri, Lisboa, 2014: 29-30.

## 1. O PROBLEMA

Durante muito tempo, o território angolano foi ocupado e colonizado pelos portugueses, isto é, desde o ano de 1482, com a chegada da primeira expedição à foz do rio Zaire, comandada por Diogo Cão. A partir daquela histórica presença, a Língua Portuguesa começa a aculturar-se na nossa realidade ao mesmo tempo que os portugueses começam a estabelecer aliança com o reino do Ndongo e o de Matamba que, fundindo-se, deu origem ao reino de Angola em 1559; mais tarde, Paulo Dias de Novais funda a cidade de S. Paulo da Assunção de Luanda, hoje Luanda, capital de Angola.

Fruto do contacto entre povos (portugueses e angolanos), numa partilha de cultura (mesmo sem vontade livre dos povos encontrados – os angolanos), o léxico sofreu algumas mudanças fonético-fonológicas e morfológicas, permitindo, deste modo, a alteração gráfica dos topónimos. É nesta vertente que analisamos a situação como um facto cultural e político, na medida em que as línguas em contacto criaram (criam) no meio do povo colonizado um embaraço quanto ao novo modo de designar os topónimos, colocados num processo de aportuguesamento.

A realidade da toponímia não foge à regra não só quanto ao modo de designação, usando a língua oral, mas sobretudo a escrita, uma vez que este processo constitui-se, como um facto que, linguisticamente, é um factor de identidade de um povo.

A toponímia tem uma componente cultural, porque «a cultura é uma propriedade só do homem, pelo homem e para o homem, porque é ele que faz dele um ser especificamente humano, racional, estético, crítico e eticamente empenhado» (Imbamba, 2010. 27).

Mas a toponímia é também política, pois «a toponímia é um dos alvos preferenciais das transformações políticas violentas de um país» (Muaca, 2001: 25).

## 2. JUSTIFICAÇÃO

A escolha do tema com esta característica prende-se com a realidade de um projecto que visa o estudo lexical toponímico, no contexto dos nomes de lugares, pois nos últimos tempos assistimos a uma perda substancial da verdadeira identidade dum escrita que caracterize o uso adequado dos topónimos, tanto em Português como em Kikongo, confundindo a verdadeira grafia nas duas línguas.

Esta posição permite valorizar o papel das autoridades governamentais e civis no processo da consolidação de conhecimentos baseados na estruturação e no bom funcionamento da Língua Portuguesa e Língua Kikongo como suportes de todo o exercício de comunicação, baseado no domínio do léxico que compõe cada uma delas, num contexto cultural próprio.

Estudamos a toponímia no âmbito da Lexicologia « ramo da linguística que estuda o léxico, isto é, o acervo de unidades lexicais de um determinado sistema linguístico, sob diversos aspectos» (Quibongue, 2014: 61), mas também numa óptica da Onomástica (Antropónimos e Topónimos) que tem por objecto o estudo dos nomes próprios.

Ao longo deste investigação, observaremos também a vertente lexical da língua que compreende

«um léxico geral e um léxico comum partilhado pela comunidade de locutores de uma língua; [...] e os léxicos de especialidade (ou terminologias) ligados a domínios do conhecimento» (Quivuna, 2014: 53).

Este é um dos pontos centrais do nosso trabalho: o léxico reflecte o conhecimento; a os topónimos da Província do Uíje, em Angola, não são uma excepção, uma vez que eles estão traduzem factores culturais, históricos, geográficos, sociais, étnicos e linguísticos.

Firmino, G. (2006: 26) ajuda-nos a compreender esta situação ao esclarecer que

«uma cultura nacional é gerada e mantida por agentes e agências, o que quer dizer que a produção do nacionalismo e das culturas nacionais é um processo baseado nas relações de poder. Assim, do mesmo modo as ideologias nacionalistas e as culturas nacionais postas em prática não são

neutras: estão ligadas à imposição da hegemonia social e cultural, e codificam as desigualdades sociais».

### **3. OBJECTIVOS**

Os objectivos deste trabalho são os seguintes:

- Propor uma grafia harmonizada dos topónimos de acordo com o sistema fonético-fonológico e o alfabeto das línguas ou variantes em que os mesmos foram atribuídos.
- Identificar métodos que ajudem o estudo da toponímia, em contexto angolano.
- Verificar a eficácia do trabalho desenvolvido pelas autoridades na atribuição dos topónimos da Província do Uíje.
- Demonstrar a importância da harmonização da grafia dos topónimos da Província do Uíje.

### **4. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO**

Considerando a dimensão geográfica da província do Uíje, constituída por dezasseis municípios e trinta e seis comunas, não seremos capazes de desenvolver um trabalho único e eficaz nem eficiente, pelo que aproveitamos, neste trabalho, delimitar o nosso campo de acção aos nomes de Municípios e de algumas aldeias que fazem da Província do Uíje um todo.

## **CAPÍTULO I**

### **SITUAÇÃO GEOGRÁFICO-HISTÓRICA E ETNOLINGUÍSTICA DA PROVÍNCIA DO UÍJE**

## 1.1. A realidade geográfica da Província do Uíje

Enquanto parte que compõe um todo dum país que se chama Angola (localizada no Sul do Continente africano), a Província do Uíje é, geograficamente, uma das que se localiza no eixo norte, fazendo fronteira com outras províncias e países do continente. Neste âmbito, a Província faz fronteira com a «República Democrática do Congo a Norte e Leste, com a província do Zaire a Oeste, com a do Bengo a Sudoeste, com Kwanza Norte a Sul e com a de Malanje a Sudeste<sup>4</sup>».

Fig. nº 1.

### Mapa da localização geográfica da Província do Uíje



Relativamente à sua extensão, a Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, nº 18 (AA.VV, 1976: 387) afirma que «tem cerca de 58.698 km<sup>2</sup>». Mas dados actuais, recolhidos pelo Governo da Província apontam para 62.424 km<sup>2</sup><sup>5</sup>. A Província do Uíje é, administrativamente, composta por dezasseis municípios: Ambuila, Bembe, Bungo, Damba, Maquela do Zombo, Kimbele, Cangola, Negage, Sanza Pombo, Púri, Songo,

<sup>4</sup> Cf. Perfil da Província do Uíje, 2012: 12

<sup>5</sup> Cf. Perfil da Província do Uíje, 2012: 12

Quitexe, Buengas, Milunga, Mucaba e Uíje (sede), como se vê no mapa da divisão administrativa da Província.

A população da Província do Uíje é muito numerosa, pois os resultados preliminares do Censo 2014 indicam que, em 16 de Maio de 2014, residiam na província do Uíje, 1.426.354 pessoas, sendo 698.958 do sexo masculino e 727.398 do sexo feminino (cf. ENE, Instituto Nacional de Estatística, Angola, 2014: 42).

**Fig. nº 2. Mapa da divisão político-administrativa da Província do Uíje.**



No que tange ao relevo, clima e solos, a Missão de Inquéritos Agrícolas (MIAA), confirma que a província do Uíje abrange parte da zona agroecológica Cafeícola Dembos-Uíje (zona 3) e praticamente a totalidade do Planalto do Congo (zona 5) e do Cuango (zona 6). A primeira integra os municípios do Bembe, Ambuíla, Dange, Songo e Uíje, e a partes dos de Mucaba, Negage, Bungo e Damba. A segunda abrange partes dos municípios do Negage, Bungo, Mucaba e Damba e a quase totalidade de Maquela do Zombo, Buengas, Púri, Pombo e Alto Kauale. A terceira cobre os restantes municípios (Kimbele e Milunga) e pequenas partes de Pombo e Buengas. Mucaba, em rigor, apresenta uma certa especificidade por ser uma faixa da bordadura planáltica do Congo com uma escarpa abrupta que a separa da aplanção subplanáltica.

A Zona Cafeícola Dembos-Uíge tem um relevo bastante pronunciado e acidentado com elevações irregulares de que se destacam as serras do Uíge, Pingano, Kibinda, Mucaba, Canzundo, Cananga e Uamba, entre outras, e cuja altitude varia entre os 500 e os 1.300 metros (cerca de 23% situa-se acima dos 1000 metros)<sup>6</sup>.

O clima tropical quente e húmido, com uma estação de chuvas longa (sete a oito meses) entre Setembro/Outubro e Abril/Maio, apresentando valores de precipitação entre 900/1000 milímetros na parte mais ocidental e 1600 milímetros (município do Uíje); e uma estação seca que corresponde ao restante período. Na estação seca a humidade relativa e a nebulosidade apresentam valores elevados, com frequência de nevoeiros e precipitações ocultas, o que favorece a cultura do café. Entre Janeiro e Fevereiro ocorre um pequeno período sem chuva de duas a três semanas. As temperaturas médias anuais variam na ordem inversa da precipitação, entre 25°C na parte ocidental e 22°C no interior, onde os valores de altitude são bem mais elevados. A humidade relativa média anual é superior a 80%.

Os solos dominantes são paraferálicos amarelos e fracamente ferrálicos (ambos correspondendo aos ferrasoles), tendo os primeiros uma aptidão notável para a cultura do café, e, de um modo geral, uma elevado valor agrícola, tanto do ponto de vista físico como químico. Nos vales é frequente encontrarem-se afloramentos de aluviões (*ndombe* ou *ndimba*, consoante são mal ou bem drenados)<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Cf. Perfil da Província do Uíge, 2012: 12

<sup>7</sup> Cf. Perfil da Província do Uíge, 2012: 12-13

## 1.2. Situação histórica da Província do Uíje

Historicamente, a origem desta província remonta a muitos anos antes da chegada dos povos ocidentais (por via do processo de colonização). A situação não se define certamente por falta de dados seguros escritos; muita informação transmitida através da oralidade não é totalmente segura: «A História de Angola em geral apresenta ainda bastantes lacunas, pois as poucas fontes escritas são manifestamente insuficientes e a arqueologia está pouco desenvolvida. A deficiente informação sobre o período pré-colonial obriga a que as referências mais antigas sejam geralmente relacionadas com a chegada ou fixação dos portugueses à região<sup>8</sup>».

Segundo uma perspectiva histórica da província, o actual concelho tem origem na capitania-mor do Bembe<sup>9</sup>. Em 1923, a sede da circunscrição é transferida do Bembe para a povoação do Uíje e mais tarde, sede da província do Congo. Em 1955, termina a divisão do Congo e passa a denominar-se Vila Marechal Carmona, sendo elevado a categoria da cidade em 1956 (cf. AA.VV, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, nº 18, 1976: 387).

Os aspectos históricos da fundação da cidade do Uíje não nos remetem para o passado antes da colonização; Mudiambo (2014: 53) faz menção a este problema, afirmando que

«Não se sabe a data exacta da fundação desta pitoresca cidade do Uíje. Sabe-se, porém, que foi enviado o alferes Tomás do Bembe ao Candombe Velho onde se encontrava o Soba Bunzu a quem entregou a mensagem enviada pelo Comandante, cujo teor dizia respeito à criação da sede distrital do Uíje. Esse elenco do sobado respondeu positivamente à solicitação do Comandante, o que fez com que o governo central de Luanda exarasse no Diário do Governo um Decreto-Lei de 1 de Julho de 1917 da promoção do

---

<sup>8</sup> Cf. Perfil da Província do Uíje, 2012: 7

<sup>9</sup> Bembe é um dos municípios da Província do Uíje. Em 1933 foi criado o Comando Militar do Bembe, transformado em Capitania-Môr em 1913. Em 1917 foi criada a circunscrição do Bembe, cuja sede foi transferida para o Uíje em 1923. O Bembe permaneceu como posto administrativo do Concelho do Uíje até 23/2/1971, quando foi criado o Concelho do Bembe, integrado no Distrito do Uíje. (Cf. Perfil do Município, 2012: 5).

Cocelho do Uíje a cidade. Foi nestes moldes que Uíje ganhou a categoria de cidade».

Assim, até hoje, celebram-se as festas da cidade a partir do ano de 1917. No âmbito de comemorações,

«O povo da cidade do Uíje começou a realizar as festividades desta cidade no tempo do Governador ou Comissário Senhor José Anibal Rocha em 1987. A partir desta altura tornou-se uma norma para todos os governantes da mesma» (Mudiambo, 2014. 53).

Em relação à questão da origem e significado do topónimo Uíje, vários estudos revelam que

«O nome da província deriva da localidade do Uíge, onde foi fundado um posto militar pelos portugueses em 1917, que viria a ser a sede da circunscrição do Bembe a partir de 1923 e, posteriormente, sede do concelho do mesmo nome. Há várias explicações para o nome, desde a expressão de língua Kikongo “*wizidi*” que significa “chegada”, em alusão aos primeiros portugueses que se fixaram na região, até ao nome do rio Uíge<sup>10</sup>».

### **1.3. Caracterização sociolinguística da Província do Uíje**

A situação sociolinguística da Província do Uíje não foge à regra geral do país que é plurilingue, uma vez que ao lado do Português existe o Kikongo (com as suas variantes) e outras línguas nacionais (Kimbundu, Umbundu, Kokwe, Ngangela, etc.) e o as línguas estrangeiras como o Francês e Inglês, tendo em contas as necessidades comunicativas da nossa época.

Fernandes & Ntongo (2002: 103) em relação às características sociolinguísticas de Angola afirmam que

---

<sup>10</sup> Cf. Perfil da Província do Uíge, 2012: 6

«A exemplo de muitos países africanos, Angola é um país plurilingue. Nela, a língua portuguesa realiza-se numa situação de contacto de línguas, onde a mesma coexiste com as demais línguas Nacionais, não bantu e bantu».

Angola, segundo Mudiambo (2014: 53) «é um país multilingue e a província do Uíje, localizada ao norte do país, não espaca a esta regra; [...]».

A necessidade deste estudo na província é da maior relevância porquanto a Sociolinguística «é uma parte da linguística que está ligada à Etnolinguística, à Sociologia da Linguagem e à Geografia Linguística que analisam a relação entre linguagem e sociedade: a linguagem enquanto facto social que tem subjacente o comportamento» (Oliveira, A. D. B. de, et al. 2000: 452).

Sabendo que a sociolinguística estuda a língua em sociedade e os aspectos culturais numa perspectiva de socialização, seguimos a perspectiva de Neto (2012: 42) que afirma que «é durante o processo de socialização que o homem aprende a lidar com os demais por intermédio da aprendizagem das normas sociais que regem a sociedade ou o grupo social a que o indivíduo pertence».

Nesta perspectiva, não podemos dissociar a sociolinguística da sociologia da linguagem, pois são duas disciplinas, cujo ponto comum é a sociedade que faz da linguagem o seu instrumento de comunicação, na qual cada membro se identifica. Em outras palavras,

«A sociolinguística e a sociologia da linguagem vieram mostrar não só o papel fundamental da linguagem na dinâmica social, mas também a influência que os factos sociais possuem sobre a formação da linguagem» (Crespi, 1997: 148).

Em suma, numa óptica sociolinguística, Quivuna (2014: 30) assegura-nos que,

«Na província do Wizi, o Kikongo é, ao lado do Português, uma língua de maior influência na comunicação e na transmissão da cultura daquela região. É uma língua rica em provérbios, adivinhas, contos, fábulas, lendas que têm um carácter educacional. Os conhecimentos básicos são transmitidos através de ritos de

iniciação e de outras formas de educação, podendo ocorrer ao ar livre, em reuniões com os mais velhos durante a noite à volta da fogueira».

No quadro desta realidade, precisamos sublinhar que a língua é um instrumento de comunicação entre os homens, permitindo verbalmente uma comunicação eficaz e eficiente. É uma dimensão inata no homem. A linguagem «é uma função característica do ser humano que reside na faculdade inata de comunicar, determinando a existência da(s) língua(s). A linguagem é uma das formas mais importantes e características do comportamento humano e, como tal, teve sempre um lugar de destaque no processo evolutivo das sociedades» (Mudiambo, 2014: 27).

E num contexto mais generalizado, Lino (1979: 13) afirma que «através da linguagem a experiência humana encontra a expressão. Por outro lado, cada língua impõe, àqueles que a utilizam, um modo particular de leitura do real».

Assim sendo, confirmada que a língua do povo que habita a província do Uíje, na sua maioria, é o Kikongo, no ponto a seguir vamos efectuar a caracterização etnolinguística da Província.

#### **1.4. Caracterização etnolinguística da Província do Uíje**

A caracterização etnolinguística de Angola apresenta-se subdividida em vários grupos étnicos. Em geral, as línguas angolanas de origem africana são faladas por grupos étnicos diferentes. A realidade etnolinguística de Angola «coloca em evidência o facto de as línguas originalmente faladas nesse território serem línguas dos diferentes grupos africanos que habitam a região» (Chivinga, 2014: 11).

Angola possui vários grupos étnicos, mas três possuem um maior número de falantes das suas respectivas línguas. Trata-se dos grupos Ovimbundu, M'bundu e Bakongo, conforme se pode notar:

«Os três grandes grupos étnicos são, por ordem decrescente da população, os Ovimbundu, os M'bundu e os Bakongo, que representam cerca de 75 por cento da população e ocupam as

regiões economicamente mais importantes, o litoral norte e centro e o planalto central. Os dois primeiros grupos étnicos são essencialmente angolanos, ao passo que os Bakongo faziam parte do grande grupo do Congo, radicado historicamente numa área que abrange o ex-Congo Francês, o ex-Congo Belga e o Norte de Angola. Expressam-se em Kikongo. A sua região étnica e linguística vai até ao Rio Dange, a sul dos Dembos, mas alguns grupos M'bandu, como os N'Gola, os Kissama, os Dembos e os Matamba, foram ocasionalmente tributários dos Bakongo» (Rocha, 2009: 43).

A Província do Uíge é conhecida como, maioritariamente, Bakongo, falando a língua Kikongo com as suas variantes. Para tal, basta confirmar os dados do Perfil da Província<sup>11</sup>, onde se diz que

«A população do Uíge é geralmente conotada com a comunidade etnolinguística dos Bakongo, ou, segundo a terminologia usada pelo Ministério da Cultura, como área sociocultural Kongo».

Em outras palavras, Mudiambo (2014: 53) admite que,

«Quanto à divisão etnolinguística, a província do Uíge é habitada originalmente pelos Bakongo, onde encontramos os seguintes grupos característicos: Mimbembe, Mindamba, Bazombo, Bakano, Basoso, Bayaka, entre outros».

Na mesma linha etnolinguística, Muaca (2001: 23) defende que

«Angola é habitado por vários grupos étnicos, entre os quais sobressaem: [...] Bakongos que habitam as províncias do Uíge e do Zaire e as regiões de Matadi e Kissantu, na República Democrática do Congo».

Os utentes da língua Kikongo e com designação de “*mwisi kongo*”, “*n'kongo*” (no singular) e “*bakongo*”, “*besikongo*”, “*akongo*” (no plural)”, este grupo é extenso e

---

<sup>11</sup> Perfil da Província, 2012: 6

encontra-se em vários pontos de Angola e fora dela. Tal é o exemplo dado por Quiala (2013: 16) segundo o qual,

«Os Bakongo estão espalhados em várias regiões, abrangendo Mbanza ya Kongo, Soyo, Maquela do Zombo, Ndamba, Nsoso, Wizi, Kabinda, etc... e República Democrática do Kongo, Kongo-Grazzavill e Gabão [...]».

Portanto, são vários os grupos que se estendem em muitas regiões de Angola, mas as grandes concentrações deste grupo etnolinguístico encontram-se sedeadas nas províncias de Cabinda, Zaire, Noroeste da Província do Bengo e do Kwanza Norte e Uíje.

Na perspectiva de Fernandes & Ntongo (2002: 45), o grupo etnolinguístico Bakongo «ocupa o território de Kabinda e o da margem esquerda do rio Kongo na região entre o mar e o rio Kwango. São em número aproximadamente de 480.000 pessoas e constituem o terceiro maior grupo etnolinguístico do País». Acreditamos que este número aumentou consideravelmente até aos tempos presentes,.

Atendendo à classificação glossonímica das línguas bantu, o Kikongo pertence à primeira classe e, segundo Lusakalalu (2005: 12), «fala-se no norte de Angola e no sul e sudoeste dos dois Congos<sup>12</sup>». O Kikongo sendo uma das línguas bantu, pertence à classificação geral em zonas no território angolano.

Em Cameia (cf. 2013: 33) podemos verificamos estes grupos e suas distribuições em zonas:

- Zona H: grupo Kikongo (H10). Grupo Kimbundi (H20);
- Zona K: Grupo Cokwe-Lucazi (K10), Grupo Lozi (K20);
- Zona L: Grupo Lunda (L50);
- Zona R: Grupo Umbundu (R10), Grupo Ndonga (R20), Grupo Herero (R30).

Como se pode notar, as línguas bantu têm afinidades entre si, por isso existe esta classificação em grupos. O Kikongo está próximo do Kimbundu, ou seja, o Kikongo e o

---

<sup>12</sup> Considerando que na maior parte das línguas bantu não existe a letra “C”, aconselha-se que Congo seja escrito de forma diferente, “Kongo”, pois a letra “C” do Português é substituída pela letra “K”, em Kikongo. Os casos em que aparecerem com “C” é por respeito às regras de citação.

Kimbandu estão na mesma zona H. Isto significa que, em princípio, as afinidades linguísticas entre o Kikongo e o Kimbandu são maiores do que, por exemplo, entre Kimbandu e Umbundu».

Segundo Lusakalalu (2005: 44-45) afirma que

«Geograficamente, o Kikongo situa-se imediatamente a norte do Kimbandu. A fronteira linguística entre duas línguas é sempre um contínuo de formas que avançam duma língua para outra. Existe um espaço linguístico em que é difícil determinar se as formas pertencem a uma das línguas ou à outra».

Apresentamos também as variantes do Kikongo mencionadas por A. Chicuna (2009: 12), *apud* Mudiambo (2014: 43): «o grupo Kikongo comporta dezoito subgrupos, a saber: Kilingi, Kikotci, Kikwakongo, Kimboma, Kinzenge, Kihungu, Kinsoso, Kipaka, Kipombo, Kisikongo, Kisolongo, Kisuku, Kisundi, Kivili, Kiwoyo, Kiyaka, Kiyombe e Kizombo».

Todas estas variantes são dialectos de uma mesma língua e constituem a mesma comunidade linguística ou comunidade de falantes da língua. É assim, porque numa mesma comunidade de falantes existe uma variação linguística considerável. O modo de falar dos seus membros varia de acordo com vários factores, incluindo localização geográfica, idade, ocupação, estatuto socioeconómico, grupo étnico e sexo.

Estas variantes ou dialectos do Kikongo, língua do povo do Kongo, têm zonas ou regiões geográficas onde são faladas. A título de exemplo, a variante Kinsoso é falado na comuna do Nsoso, município da Damba e seus arredores, a Kisundi no município do Bembe, a Kizombo no município de Maquela do Zombo, a Kiyaka no município de Kimbele, etc.

Trata-se, em linhas gerais, de uma variação geográfica, em termos sociolinguísticos; tal como Aitchison (1993: 123) afirma «Para a sociolinguística é mais interessante a variação que ocorre numa área geográfica».

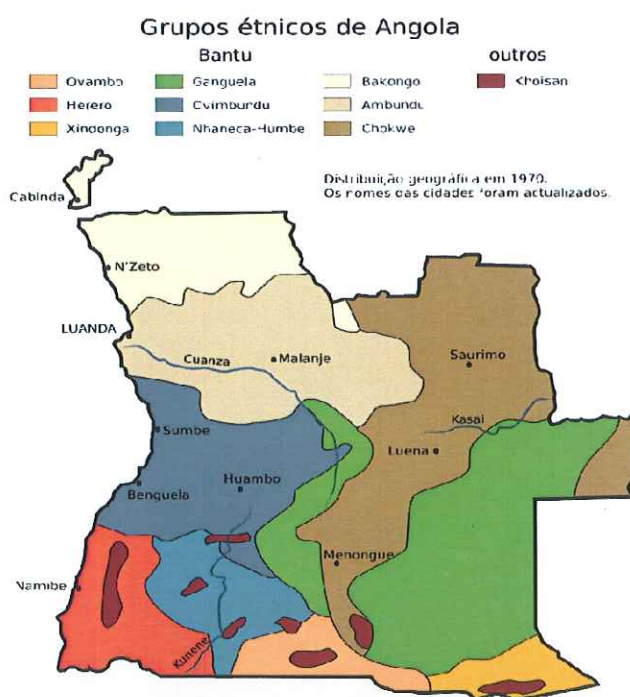
Considerando a evolução da língua e o processo de migração dos povos, o Kikongo já se fala na Província de Malanje. Para tal, confirma-se o mapa da extensão geográfica deste grupo etnolinguístico.

Outrossim, é comum que algumas pessoas da Província do Uíje falem a língua Umbundu ou outra (da região sul) e estes o Kikongo. Isto deu-se por factores migratórios ou imigratórios, havendo necessidade de aprender outras línguas, para facilitar o contacto comunicativo com os povos encontrados e vice-versa.

Por outras palavras,

«A integração com os outros grupos etnolinguísticos angolanos ocorreu durante a era colonial em que muita gente da parte sul foi transportada (compulsivamente) para esta província, outro tanto sucedeu durante a guerra fratricida entre os angolanos. É neste período que se dá a grande mistura de toda a população angolana que se dirigia para zonas não identificadas, dando lugar às interferências das várias línguas angolanas» (Mudiambo, 2014: 53).

**Fig. nº 3. Mapa dos grupos etnolinguísticos de Angola**



Assim sendo, falar Kikongo significa também falar uma das suas variantes designadas por

“um glossónimo próprio: kizombo, kisolongo, kinsoso, kimbeembe, etc. Mas pode se considerar que alguns dos muitos glossónimos dentro do grupo Kikoongo denotem línguas. Neste caso, Kikoongo seria o nome de um grupo de línguas, pois não existe um critério linguístico seguro para distinguir entre língua e variante» (Lusakalalu, 2005: 12).

O Kikongo, neste contexto, é uma das línguas autóctones de Angola que, no quadro das línguas bantu, é a terceira mais falada. Os bantu (os), como muitos pretendem escrever é uma:

«Designação linguística, algo étnica, constituem um aglomerado de populações mais ou menos diferenciados entre si, e que retiram o seu nome do tipo particular da língua que falam. Por este motivo, a sua classificação apresenta um critério fundamentalmente linguístico. Eles têm realmente sido definidos, simplesmente, como um grupo de povos que servem de qualquer forma a raiz *ntu*, para qualificar as pessoas humanas. Essa raiz como o prefixo do plural *ba*, forma o conjunto *ba-ntu*, daí as formas *Bantu* ou *Banto* que os designa» (Bleek, 1862, in Redinha, 1969: 5).

É importante explicarmos que a expressão correcta é “*Bantu*” e não “*banto (s)*”. Confrontando várias versões que apresentam formas diferentes de grafar esta expressão, (*bantú(s)*, *banto(s)*, etc.), em Mudiambo, encontramos uma explicação plausível e que nos parece mais clara e fundamentada, admitindo que:

«**Bantu** tem como equivalente em Português: **as pessoas**; isto significa que **ba** é o prefixo que indica o plural e corresponde ao morfema da flexão portuguesa **-s** ; o singular é identificado por **mu**; **ntu** é um radical e designa **pessoa**. Esta flexão das línguas bantu é muito diferente do Português. Por isso, não devemos utilizar as formas *banto*, *banta*, *bantos* ou *bantas* que na

realidade apresentam flexões aportuguesadas que induzem em erro, uma vez que são portadoras de uma dupla flexão». (2014: 41).

A expressão bantu, Segundo Warner (1919), *apud* Ngunga (cf. 2004 :24) é de Bleek (1851), que depois de ter chamado *pronominal prefix languages* (línguas de prefixação pronominal) às línguas da África sub-sahariana, comprovou e observou a existência de um sistema comum de concordância por meio de prefixos, e utilizou pela primeira vez o termo “*bantu*” para se referir a estas línguas.

Assim, o termo banto (< “bantu”, os homens, plural de “muntu”) foi proposto por W. Bleek, em 1862, na primeira gramática comparativa das línguas bantu, para nomear a família linguística que descobrira, composta de várias línguas oriundas de um tronco comum, o protobantu, falado há três ou quatro milénios atrás. Só mais tarde, o termo passou a ser usado pelos investigadores para demoninar os indivíduos que habitam territórios compreendidos em toda a extensão abaixo da linha do equador, correspondente a uma área de 9.000.000 km<sup>2</sup>. Estes territórios englobam países da África Central, Oriental e Meridional: República Centro-Africana, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, Angola, Namíbia, República Popular do Congo (Congo-Brazzaville), República Democrática do Congo (RDC ou Congo Kinshasa), Zâmbia, Burundi, Ruanda, Uganda, Quênia, Malauí, Zimbábue, Botsuana, Lesoto, Moçambique, África do Sul.

### **1.5. A língua como facto social, cultural, factor de integração e de unidade**

Na sua condição essencial, o homem é produto e produtor de uma cultura. Nela vive, cresce e transforma a sociedade, a natureza através de várias manifestações. A cultura é um valor e o valor duma cultura, diz Bernardi (1974: 31), «está na sua essência de cultura como produto da actividade mental do homem».

Por outro lado, a língua constitui um instrumento e um conjunto de condições, permitindo a comunicação humana; a língua verbal (oral ou escrita) permite ao homem criar e manter a interacção com os outros.

Graças ao carácter colectivo e à dimensão social da língua, os membros de uma comunidade utilizam o sistema linguístico para representar a realidade e expressar os valores culturais partilhados socialmente entre si. É através da língua que o conhecimento, as crenças e os valores, adquiridos ao longo do tempo, são transmitidos de uma geração para outra. A língua é um indicador cultural, uma vez que o modo como o sistema linguístico retrata a visão do mundo evidencia a inter-relação que se estabelece entre língua, cultura e sociedade.

A língua e a vida social organizadas deram ao homem um instrumento para a transmissão e conservação passiva de culturas as mais complexas que se possam conceber: “A vida em sociedade tem também contribuído para que os homens tenham uma herança social mais rica que a dos animais. As sociedades humanas se mantêm pelo adestramento de gerações sucessivas de indivíduos e são assim, em si mesmas, um produto da cultura. [...]» Linton (1987: 90-91).

A língua é sistema linguístico pertencente a um grupo de indivíduos; é uma expressão da consciência de uma colectividade e um meio por que ela concebe o mundo que a cerca e sobre ele age:

“A utilização social da faculdade da linguagem, criação da sociedade, não pode ser imutável; ao contrário, tem de viver em perpétua evolução, paralela à do organismo social que a criou» (Cunha, Ceslo e Cintra, Luís F. Lindley, 2005: 1).

A língua constitui-se como a forma de mediação simbólica universal através da qual, principalmente, se constituem todos os diferentes âmbitos de significado. Enquanto tal, a língua constitui também a primeira fonte de socialização: efectivamente é através dela que

“cada indivíduo assimila os modelos de comportamento, as regras, as representações da realidade natural e social, as definições de si próprio e do outro, os valores, as interpretações da história que caracterizam o seu contexto social de pertença» (Crespi, 1997: 148).

Assim sendo, nenhum povo pode afirmar sua identidade sem que tenha como suporte a língua, o instrumento de comunicação, próprio de um determinado povo ou grupo social:

«qualquer povo identifica-se, em primeiro lugar, através dos seus habitantes, pelos seus traços costumeiros, pelos seus rituais, pelas suas manifestações artísticas, pela sua inteligência e sabedoria, evidenciando, assim, o seu grau de desenvolvimento. Isto expressa o seu património cultural inalienável. Para o *mwisikongo*<sup>13</sup>, o caso não foge à regra» (Quivuna, 2014: 45).

Amorim & Sousa (2013: 11) afirmam que cada comunidade linguística utiliza a sua língua: “a língua é um sistema de signos linguísticos que pode ser utilizado por meio da fala ou da escrita».

A língua é também, segundo Martinet (2014: 44), «um instrumento de comunicação segundo o qual a experiência humana se analisa, diferentemente em cada comunidade, em unidades dotadas de um conteúdo semântico e de uma expressão fónica, os monemas; [...]».

A língua, enquanto sistema de signos, é objecto de estudo da Linguística; o homem modifica-a e fá-la evoluir. É o elemento-chave de identidade de um povo; tem uma relação com o indivíduo, enquanto agente activo da cultura. Esta cultura envolve uma dimensão que ultrapassa aquilo que o homem pode perceber, pois é um facto ou fenómeno complexo. A cultura é intagível e não pode ser apreendida nem mesmo mesmo pelos indivíduos que dela participam (cf. Linton, 1987: 280).

A língua identifica um determinado povo ou comunidade de falantes, no contexto da Província do Uíje:

«O primeiro património cultural que uma sociedade deve exhibir é, sem dúvidas, a sua língua; pois, ela veicula a cultura de um país ou de uma comunidade; é através da língua que as experiências de vida das comunidades vão sendo transmitidas de geração em geração ao mesmo tempo que esta mesma língua vai servindo de

---

<sup>13</sup> A expressão “*mwisikongo*” refere-se ao homem ou mulher do Kongo. *Mwisikongo* é o singular, cujo plural é “*Esikongo*”, “*Besikongo*” ou ainda “*Akwa Kongo*”.

suporte de comunicação entre os membros das mesmas comunidades. Cada sociedade, por mais subdesenvolvida que seja, é detentora de uma língua, mesmo que não transcenda fronteiras» (Quivuna, 2014: 29).

A cultura de um povo é transmitida e perpetuada de uma geração para outra. Herder, apud Marcellesi e Gardin (1975: 24) sublinha a dimensão da língua enquanto “lugar de conservação e depósito da experiência e do saber das gerações passadas, como meio de transmissão desse mesmo saber às gerações futuras, que assim recebem todas as experiências do passado».

Muaca (2001: 11) salienta que «O primeiro elemento cultural de qualquer grupo humano é a língua que de tal modo encarna o ser humano que, quase sempre, é um sinal indelével da identidade da pessoa».

Assim, uma língua, qualquer que ela seja, caracteriza-se por ser um processo constante e, por isso, “as mudanças na língua não são anomalias, mas sim uma maneira de sua existência» (Reis, 2006: 89). Nenhum povo pode afirmar a sua identidade sem que tenha como base domínio da língua, pois um povo que perde a sua língua, aos poucos vai perdendo a sua cultura<sup>14</sup>.

A língua é o elemento que identifica um povo, transmite e revela uma consciência social. Assim, Reis (2006: 63) afirma que

«[...] a língua é por excelência o veículo privilegiado da literatura e da consciência social; a língua não apenas copia a realidade transmitindo-a, mas reflecte-a através do prisma da consciência social; é por demais relevante que a psicologia constante: a consciência do indivíduo é primordialmente linguística».

Enquanto elemento de integração social, a sua manifestação envolve uma dimensão global, isto é, o todo social, na perspectiva de que, a cultura é um valor social que, no processo da globalização, é facilitado pela rápida evolução das novas tecnologias da informação e da comunicação, apesar de constituir um desafio para a

---

<sup>14</sup> Cultura: conjunto dos aspectos intelectuais de uma civilização. (Cf. Galisson, R., Coste, D., *Dicionário da Didáctica das Línguas*. 1983: 174).

diversidade cultural, criando condições para um diálogo renovado entre as culturas e as civilizações<sup>15</sup>.

A língua é um veículo de comunicação que pode contribuir para a unidade de povos: «Às línguas é cometida uma missão social, cultural e política de unir povos» Perata in Bizarro & Moreira (2010: 8).

A língua como factor cultural faz parte de uma tradição, na concepção de que «A cultura tradicional é uma herança recebida e transmitida pelos indivíduos e pela sociedade» (Altuna, 2006: 16). Pela língua, o indivíduo pode sentir-se integrado ou excluído do meio social.

A língua Kikongo tem um valor sociocultural e educacional muito forte, pois está carregada de provérbios, cujo significado é de alta dimensão. Falar em língua Kikongo implica dominar os contextos e as circunstâncias do emissor.

Quivuna (2014: 44-45) sublinha a dimensão sociocultural e educacional do Kikongo, aludindo que

«Tal como ocorre nas outras civilizações ou noutros povos, os Bakongo têm o Kikongo como principal veículo do seu património cultural, da socialização da sua população, na transmissão dos valores educativos, numa originalidade que passa de geração em geração. O grau de autenticidade presente nas mensagens transmitidas através desta língua revela o dinamismo da mesma, o que faz com que influencie acivamente o Português com marcas importantes».

Os estudos toponímicos, para além de sublinharem os aspectos linguísticos, históricos e culturais, despertam outros aspectos como diz Carvalho (s/d: 1057) que:

«Desenvolver um estudo toponímico não significa apenas empreender uma análise linguística dos nomes de lugares de determinada região, significa também investigar os seus aspectos socioculturais, económicos, políticos e religiosos. Isso se explica pelo fato de as denominações toponímicas serem frutos da actividade humana que trazem, por esse motivo, marcas da

---

<sup>15</sup> Cf. Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, 2002

organização sociocultural dos núcleos humanos que a povoaram ou a povoam».

E, é nesta perspectiva que observamos a importância linguística do estudo dos topónimos:

«Percebe-se também que, ao servir-se de sua capacidade linguística para nomear os lugares, o homem estabelece algumas relações: primeiro consigo próprio, ao demonstrar conhecer a realidade circundante e utilizar seu conhecimento para designar um lugar, e depois com seus interlocutores, pois, através do topónimo por ele usado, transmite com maior exactidão o real significado que lhe atribuiu» Silva (2011: 3).

## **1.6. O Português e o Kikongo como línguas de Angola**

Português e Kikongo são duas línguas em convívio, desde há séculos, fruto do processo de descobertas de novas terras por parte dos portugueses, num contacto de culturas e línguas. Este processo teve como ponto central o século XV e o século XVI. Assim sendo, o contacto entre portugueses e angolanos acontece quando Diogo Cão entra na foz do rio Zaire, em 1482.

Na foz deste rio, os povos continuam a ser da etnia bakongo, cuja língua originária é o Kikongo. A partir do século XV, o Português entra em contacto com a língua Kikongo.

### **1.6.1. O caso do Português**

Um dado muito importante tem a ver com a posição de uma língua numa dada comunidade que a fala. Será língua de identidade ou simplesmente um meio de comunicação espontânea, como é o caso das línguas estrangeiras? Que lugar tem o

Português, tendo em conta a sua expansão territorial e o uso que dela fazem os angolanos ?

Perante estas questões, a resposta será dada no ponto onde falamos sobre o contacto de línguas. Porém, não deixamos de fazer referência ao pensamento de Queta no seu artigo sobre “*A língua Portuguesa em Angola: diálogo e conflito*”, in Muanza (2010: 60), afirmando que: «é tão evidente quanto natural a influência do contacto linguístico entre o português originário de Portugal e as línguas africanas. É igualmente evidente a influência dos contextos social e cultural intrínsecos à realidade angolana. Discordamos de certos pronunciamentos que recomendam que o português deve ser visto como língua estrangeira».

Para reafirmar a sua posição, o autor cita o discurso do Senhor Presidente da República de Angola, proferido no dia 11 de Setembro de 2006, no âmbito do 3º Simpósio sobre Cultura Nacional, onde afirma:

«Devemos ter a coragem de assumir que a Língua Portuguesa, adoptada desde a nossa independência como língua oficial do país e que hoje a língua materna de mais de um terço dos cidadãos angolanos, se afirma tendencialmente como uma língua nacional em Angola. Isso não significa de maneira nenhuma, bem pelo contrário que nos devemos alhear da preservação e constante valorização das diferentes línguas Africanas de Angola, até aqui designadas de línguas nacionais, talvez indevidamente, pois quase nunca ultrapassam o âmbito regional e muitas vezes se estendem para além das nossas fronteiras» (Queta, in Muanza, 2010: 61).

Trigo, V., apud Reis (2006: 80, in *Quem me dera ser onda* de Manuel Rui) expressa que é a «angolanidade que respeita as regras da gramática da Língua Portuguesa».

Assim, o Português é língua de Angola, não só por ser a língua veicular em todo o país; ‘herança’ é o termo adequado para designarmos a apropriação de uma língua que Ntondo, citado por Reis, afirma: «hoje fala-se no português angolano por ter sido apropriado pelos angolanos».

De acordo com uma perspectiva sincrónica da Linguística, sabe-se que Angola é um país plurilingue. O assunto é incontornável. O Português como língua oficial facilita a comunicação num território muito extenso:

«Bem enganados estão aqueles que consideram-na língua estrangeira. Jamais uma língua com estatuto de língua estrangeira seria, onde quer que fosse, língua oficial. No mínimo punha em causa a dignidade de tal povo. O Português é língua oficial em Angola, porque os angolanos apropriaram-se dela, tornaram-na sua, logo os identifica» Silva (2011: 3).

Por outro lado, o autor afirma que o Português é língua oficial em Angola por mérito próprio e com funções bem definidas:

“Difere, contudo, das línguas nacionais pela origem e pelo facto destas identificarem linguística, sociológica e historicamente os povos que habitam o território que hoje é Angola e que delas são falantes. Esses povos, por sinal, falam maioritariamente as línguas nacionais» (Reis, 2006: 83).

Diz-nos ainda Fernandes & Ntongo (2002: 103) que, «hoje fala-se mesmo do Português angolano por ter sido apropriado pelos angolanos e um bom número dentre eles, sobretudo cidadãos, têm-na como língua materna».

Portanto, o Português cobre o território nacional, mas para os locutores continua sendo a língua menos falada no contexto de cada grupo étnico.

E Ginzberg, A., citado por Reis (2006: 61), afirma que «uma nação não pode existir sem que tenha um ‘capital nacional’, uma língua acumulada de geração em geração e que serve de fundamento para a sua vida nacional».

Ao nível da realidade angolana, o Português é língua que resulta da herança cultural; pertence a este povo, pelo facto de ser aquela com que se identificam muitos cidadãos, tendo-a como língua materna (primeira) ou mesmo não materna (segunda); é a língua da cidadania angolana, tal como afirma Amado e Sardinha, na obra de Azevedo e Sardinha (2013: 36): «se a língua portuguesa é um modelo de herança cultural, ensiná-la é, claramente, ensinar a ser cidadão».

O Português é língua que une os povos de Angola em contacto com os de outros países. Por esta razão, corroboramos com Ferraz (2007: 21) ao afirmar que «O Português foi adoptado como língua oficial por ser a língua de unificação e também a língua que permite o contacto com outros países». O Português é língua de Angola, pois incorpora marcas linguísticas das línguas bantu (autóctones). Tal é o facto sublinhado por Costa (2006: 49) ao observar que:

«Uma abordagem da língua portuguesa, em Angola, não deixará de estar centralizada no quadro geral dos contactos em que aparece inserida. Ela contextualiza-se mediante a incorporação na sua estrutura de marcas e traços linguísticos característicos dos idiomas bantu. Este facto explica, em certa medida, o surgimento de uma específica variante dialectal distinta da Europa. Para além das interferências de natureza fonológica como o vocalismo menos reduzido, os traços fonéticos, os traços prosódicos, o ritmo e a entoação, merecem particular atenção nas interferências de natureza lógico-gramatical e as do léxico».

Assim, o Português é uma língua de Angola, integrada no contexto histórico e cultural do nosso país; é a língua de comunicação e da administração pública: «a língua portuguesa é o resultado de uma longa história, e o léxico é o subsistema da língua mais dinâmico, porque é o elemento mais directamente chamado a configurar linguisticamente o que há de novo, e por isso é nele que se reflectem mais clara e imediatamente todas as mudanças ou inovações políticas, económicas, sociais, culturais ou cinetíficas» Vilela (1994: 14).

### 1.6.2. O caso do Kikongo

A língua Kikongo faz parte do grupo das línguas bantu. O termo bakongo, além de significar o grupo, implica também o falante da língua Kikongo. Esta situação prende-se com a formação e significado da expressão “*bantu*”; o «termo “banto<sup>16</sup>” aplica-se a uma civilização que conserva a sua língua e foi desenvolvida por povos de

---

<sup>16</sup> A expressão correcta é “*bentu*”. Banto é resultado do aportuguesamento.

raça negra. O radical “*ntu*”, comum a muitas línguas bantu<sup>17</sup>, significa “*homem, pessoa humanas*”. O prefixo “*ba*” forma o plural da palavra “*mntu*” (pessoa). Portanto, “*Bantu*” significa “seres humanos, pessoas, homens, povo”.

Assim, o Kikongo é a língua dos bakongo; mas é também uma comunidade de falantes da mesma língua, uma vez que «uma comunidade de falantes é definida como um grupo de pessoas que consideram que falam a mesma língua. [...]» (Aitchison, 1993: 122).

A língua enquanto instrumento de comunicação pressupõem a existência de falantes e um espaço territorial. A língua é um valor que deve ser conservado por meio da educação, não obstante o seu carácter cultural e inato ao homem, podendo evoluir pela educação e ensino: «os valores nunca desaparecem do domínio educativo pela razão muito simples de que não há educação sem valores» (Reboul (2000: 73).

Assim, «Tudo o que a humanidade conquistou através dos milénios é “cultural”, não natural; por outras palavras, não se transmite por hereditariedade, mas pela educação» (Reboul, 2000: 20). Por isso, educar para a cultura é um dado a não ignorar, se queremos preservar este bem que é a língua.

O Português é uma língua de Angola de origem europeia, juntamente com as outras (Kikongo, em particular) no conjunto das línguas nacionais de origem africana; as políticas actuais devem estar vinculadas à protecção das mesmas, tal como afirma Chivinga (2014: 15) que: «A protecção das línguas nacionais angolanas enriquece a história local, reforça a sua cultura e permite enaltecer o orgulho nacional».

As línguas são um património cultural que precisam ser defendidas por todas as Instituições governamentais, privadas e civis.

---

<sup>17</sup> Precisamos ter em conta que o termo “*bantu*” é aplicado tanto para o masculino como para o feminino. Não é aceitável o termo “*banta*”. Ou seja, é um substantivo comum de dois géneros.

## **CAPÍTULO II**

### **PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: LEXICOLOGIA E TOPONÍMIA**

raça negra. O radical “*ntu*”, comum a muitas línguas bantu<sup>17</sup>, significa “*homem, pessoa humanas*”. O prefixo “*ba*” forma o plural da palavra “*muntu*” (pessoa). Portanto, “*Bantu*” significa “seres humanos, pessoas, homens, povo”.

Assim, o Kikongo é a língua dos bakongo; mas é também uma comunidade de falantes da mesma língua, uma vez que «uma comunidade de falantes é definida como um grupo de pessoas que consideram que falam a mesma língua. [...]» (Aitchison, 1993: 122).

A língua enquanto instrumento de comunicação pressupõem a existência de falantes e um espaço territorial. A língua é um valor que deve ser conservado por meio da educação, não obstante o seu carácter cultural e inato ao homem, podendo evoluir pela educação e ensino: «os valores nunca desaparecem do domínio educativo pela razão muito simples de que não há educação sem valores» (Reboul (2000: 73).

Assim, «Tudo o que a humanidade conquistou através dos milénios é “cultural”, não natural; por outras palavras, não se transmite por hereditariedade, mas pela educação» (Reboul, 2000: 20). Por isso, educar para a cultura é um dado a não ignorar, se queremos preservar este bem que é a língua.

O Português é uma língua de Angola de origem europeia, juntamente com as outras (Kikongo, em particular) no conjunto das línguas nacionais de origem africana; as políticas actuais devem estar vinculadas à protecção das mesmas, tal como afirma Chivinga (2014: 15) que: «A protecção das línguas nacionais angolanas enriquece a história local, reforça a sua cultura e permite enaltecer o orgulho nacional».

As línguas são um património cultural que precisam ser defendidas por todas as Instituições governamentais, privadas e civis.

---

<sup>17</sup> Precisamos ter em conta que o termo “*bantu*” é aplicado tanto para o masculino como para o feminino. Não é aceitável o termo “*banta*”. Ou seja, é um substantivo comum de dois géneros.

## **CAPÍTULO II**

### **PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: LEXICOLOGIA E TOPONÍMIA**

## 2.1. Lexicologia e Toponímia

Hoje, existe uma dialéctica de interdisciplinaridade, isto é, frequentemente, uma disciplina não é autossuficiente em si mesma. Por isso, é importante associarmos os estudos da Toponímia aos da Lexicologia. Os topónimos são também unidades lexicais, unidades de sentido; são entidades linguísticas abordadas em estudos de Lexicologia.

A Toponímia é uma disciplina que incorpora diversas transformações do léxico de uma língua. Neste intercâmbio de estudo das duas disciplinas, Lexicologia e Toponímia, precisamos de ter em atenção que são duas ciências muito próximas. Assim sendo,

«a Onomástica, vinculada à Lexicologia, apresenta-se como o estudo dos nomes próprios, subdividindo-se em Toponímia (estudo dos nomes de lugares) e Antroponímia (estudo dos nomes de pessoas). A Toponímia investiga a etimologia, o significado e as transformações linguísticas dos nomes de lugares» (DICK, 1990), *apud Santos, et al.* (2014: 12).

É importante ter uma visão geral da Onomástica, pelo facto de muitos topónimos derivarem de alguns antropónimos; a Onomástica está vinculada à Lexicologia, uma vez que se apresenta como o estudo dos nomes próprios, subdividindo-se em Toponímia (estudo dos nomes de lugares) e Antroponímia (estudo dos nomes de pessoas).

Piel (1979: 5) refere-se à Toponímia do seguinte modo:

«O estudo dos nomes de lugar, a toponímia, deve ser encarado como sendo um dos aspectos da onomatologia, ou seja o estudo dos nomes próprios, a qual abrange ainda os nomes pessoais (antroponímia), com inclusão dos nomes de santos (hagionímia), assim como, no plano geográfico, os nomes de serras (oronímia) e de rios (potamonímia)».

Esta temática é objecto de investigação de muitos outros autores. Assim, Carvalho e Seabra (2014) afirmam que, integrada à Lexicologia, existe a *Onomástica*, ciência que se ocupa do estudo dos nomes próprios, em geral, dividida em duas

subáreas: a *Antroponímia* e a *Toponímia*. À primeira, correspondem os estudos dos nomes próprios das pessoas, nomes ou sobrenomes, que têm uma grande relevância para a história política, cultural, das instituições e das mentalidades. A segunda faz menção aos nomes próprios de lugar. Estas duas dimensões são reconhecidas como meios importantes de investigação linguística e cultural.

Os topónimos designam entidades num contexto comunicativo próprio. Segundo Leite de Vasconcellos (1928:2), a Toponímia é um ramo da Onomástica que tem por objecto de estudo:

“os nomes de lugares, na qual se inclui igualmente o elemento líquido (rios, lagos, etc.), e outros produtos da natureza, como árvores, penedos, que dão frequentemente nomes a sítios (a Toponímia é pois Onomatologia geográfica)».

Na perspectiva de Isquierdo (2008), o estudo da Toponímia relacionado com a Lexicologia é importante, uma vez que as investigações toponímicas necessitam de princípios teóricos e metodológicos da ciência, concretamente da ciência linguística, e muito em especial da Lexicologia.

### **2.1.1. Lexicologia: ciência da Linguística**

Considera-se a Lexicologia um ramo da ciência linguística que tem por objecto o «estudo teórico do vocabulário nos seus múltiplos aspectos como frequência, distribuição, conteúdo, autonomia ou dependência de uma gramática» (Xavier e Mateus, 1993: 227).

A Lexicologia é constituída pelo «[...] conjunto de todas as palavras ou os constituintes morfológicos (radicais e afixos) portadores de significado numa língua, bem como a forma como aquelas se relacionam» (Barros, 2011: 188).

Outrossim, Genouvier e Peytard (1974: 531) afirmam que a Lexicologia compreende «o estudo científico do léxico».

Por outro lado, a Lexicologia, enquanto ciência, «constituiu-se a partir da linguística estrutural, tendo como objecto o léxico, as estruturas morfossemânticas e

morfofossintáticas das unidades lexicais de uma língua e todos os mecanismos da lexicogénese; identifica e classifica as unidades lexicais; determina a sua origem e as condições da denominação, da transmissão e dos valores de significação existentes nas diferentes polissemias» (Contente, M. M. D. Marques, 2008: 23).

Entendida a Lexicologia nesta perspectiva, certamente o léxico não poderia não ser senão o conjunto das palavras em uso ou em desuso de uma língua e que são portadoras de significado.

Correia & Lemos (2009: 7) afirmam que «p léxico de uma língua é entendido, de forma genérica, como o conjunto de todas as palavras que dela fazem parte».

Correia & Lemos (2009: 75) acrescentam que o léxico

« é um conjunto virtual de todas as palavras ou unidades lexicais que fazem parte do acervo dessa língua».

O conceito virtual, em nosso entender, refere-se às palavras na sua totalidade, ou seja, tanto as que estão em uso, bem como as que estão em desuso, dentro da mesma língua, tal como o faz alusão Barros (2011: 188):

o «Léxico é o conjunto de todas as palavras de uma língua (incluindo as que se venham formar como as caídas em desuso) ou constituintes morfológicos portadores de significado».

A Lexicologia, enquanto estudo do léxico de uma dada língua, alarga o seu campo de estudo em várias vertentes, podendo ser aplicado em contextos linguístico-comunicativos diferentes.

Assim, Krieger (cf. in Seabra 2006: 159) faz menção ao facto de que no âmbito dos estudos linguísticos, tomar o léxico como objecto central de pesquisa não significa uma homogeneidade investigativa. Ao contrário, a tendência geral é de adopção de uma determinada perspectiva teórica e epistemológica, bem como de escolha de um aspecto descritivo sobre essa componente do sistema linguístico.

Sendo o léxico, objecto de estudo da Lexicologia, segundo (Vilela, 1994: 6),

«é a parte da língua que primeiramente configura a realidade extralinguística e arquiva o saber linguístico numa comunidade

[...] É o repositório do saber linguístico e é ainda a janela através do qual um povo vê o mundo. Um saber partilhado que apenas existe na consciência dos falantes duma comunidade».

Em suma, segundo Lino (1991: 191), a Lexicologia é

«o estudo científico do léxico, englobando diferentes teorias linguísticas e métodos que têm como consequência várias designações: descritiva, aplicada, histórica, estrutural, social (entre outras)».

Relacionando a Lexicologia com a Linguística, precisamos considerar é

«pela linguagem que organizamos a experiência, é pela linguagem que partilhamos o que pensamos com outros, é pela linguagem que acedemos ao saber construído durante séculos, é através da língua que ensinamos e aprendemos» (Otilia Costa e Sousa, *in* Sousa e Cardoso, 2011: 111).

### 2.1.2. Toponímia, Onomástica e Lexicologia

Os estudos da Toponímia remontam ao século XIX. A sua constituição como uma disciplina sistematizada ocorreu na Europa, mais particularmente em França, por volta de 1879, quando August Longnon, introduziu estes estudos, com um carácter regular na *École Pratique des Hautes Études* e no *Colégio de França*. Do curso então ministrado, os seus alunos publicaram, postumamente, em 1912, a obra que se chamou *Les noms de lieu de la France*, obra considerada clássica para o conhecimento da nomenclatura dos lugares habitados.

Mais tarde, em 1922, Albert Dauzat retomou os estudos da Onomástica, interrompidos com a morte de Longnon, numa das suas conferências, na *École Pratique*, fundando, uma década depois, a *Revue des Études Anciennes*, onde publicou uma *Chronique de Toponymie*, com uma bibliografia crítica, região por região.

A Onomástica é um meio importante de investigação linguística; Isquierdo e Alves (1994: 93-94) afirmam que a Onomástica

« é constituída por reminiscências de um passado muitas vezes esquecido, os instrumentos onomásticos – Toponímia e Antroponímia – mostram-se singulares para o estudo da língua, sobretudo se relacionados [...] à história e à cultura local, em um fazer etnolingüístico»

Assim, não podemos dissociar a Lexicologia do estudo da Toponímia. Os topónimos são unidades lexicais de uma dada língua, unidades de significação, objectos de estudo da Lexicologia, sendo que a Toponímia é definida como «estudo etimológico dos nomes de lugares» (Seemann, 2005: 207).

Na perspectiva de Campos (1989), a Toponímia é uma imagem de qualidade, em que qualquer localidade se reflecte; é o espaço em que habita um determinado povo. A Toponímia é o estudos dos nomes de lugares, relevando aspectos linguísticos, culturais, políticos, geográficos, etc.

O topónimo é uma unidade linguística que pode ser estudado na sua constituição lexical, morfológica e fonético-fonológica. É estudado pela Linguística, porque um topónimo é um significante que pode ser apreendido e analisado na língua em que se formou.

Numa outra óptica, a da Geografia Cultural, o estudo da Toponímia pode ser utilizado para

«a compreensão dos lugares com dimensões ontológicas, isto é, está associada ao estudo da origem dos nomes de lugares, considerando os aspectos da dominação territorial, bem como, o surgimento das identidades e significações para dado lugar» (Santos, *et al.*, 2014: 16).

Estudar a Toponímia é querer compreender a simbologia cultural expressa pelos povos localizados geograficamente, cujo elemento fundamental é a língua.

Nesta perspectiva, Titiev (1969: 320) afirma que «os valores simbólicos podem ser melhor expressos através de expressões vocais e não se conhece nenhum meio melhor para ensinar as crianças a aceitar e seguir uma determinada forma de cultura. As abstracções e os conceitos imaginários ou não sensoriais de qualquer espécie, adquirem,

quando postas em palavras, uma espécie de realidade. Consequentemente, sem o uso da linguagem, seria praticamente impossível ensinar a essência de um sistema de crenças (...)).».

A Toponímia caracteriza-se por investigar o léxico toponímico, a motivação e a origem dos nomes de lugar. É uma investigação linguística que procura também conhecer as realidades culturais, históricas, ambientais, próprios de um povo.

Os estudos toponímicos revestem-se de grande importância para o conhecimento dos aspectos histórico-culturais de um povo, pois possibilita o conhecimento de factos linguísticos, ideológicos e crenças do acto denominativo, uma vez que investigar os nomes de locais compreende também a análise da cultura e da relação do homem com o meio em que vive.

Segundo Lima (2011: 2075), é muito importante estudar a Toponímia, pelo facto de que

«As pessoas de uma determinada comunidade identificam-se com os topónimos do espaço que elegem como seu: por uma lado, os topónimos congregam em si um conjunto de informação importante para elas, uma história; em segundo lugar, facilitam a comunicação entre os elementos de uma comunidade, em ordem à organização do trabalho e à realização das funções vitais de sobrevivência; os topónimos permitem, ainda, estabelecer relações de pertença e de exclusão, quer gerais quer particulares. Todos os elementos referidos permitem concluir que o conjunto de topónimos de uma dada região funciona como um dos elementos de coesão e de identidade da comunidade aí residente» (Ferreira, 2013: 287).

As motivações psicológicas de quem nomeia os topónimos têm uma influência positiva ou negativa na vida dos seus habitantes. Segundo Leite de Vasconcellos (1931: 151) «O estudo da toponímia dá origem a muitas observações psicológicas (imaginação do povo no denominar, históricas, etc.)».

Os estudos da Toponímia evidenciam marcas da história social (formação étnica, processos migratórios, sistema de povoamento de uma região), perpetua características do ambiente físico (vegetação, hidrografia, geomorfologia, fauna...) de uma região.

Os topónimos históricos e sociais reflectem acontecimentos que, de uma certa forma, são responsáveis pela formalização da história cultural de um povo.

Os nomes de lugares são dados conforme as circunstâncias da vida de um povo ou de uma comunidade. Implica sempre um *modus vivendi* que retrata a realidade religiosa, política, cultural, etc.; daí os nomes de lugares poderem ser rios, lagos, nomes de santos, de pessoas, entre outros. Consequentemente, o topónimo recebe uma caracterização própria, conforme a origem da realidade que designa.

Assim, Fernando, F. Xavier, *apud* Carreira § Quintino (1964: 17-18) indicam as seguintes designações:

- Etnónimos – Nomes de povos, cognomes e apodos em geral;
- Patrónimos – Nomes que exprimem filiação, descendência ou linhagem;
- Hierónimos – Nomes sagrados e nomes relacionados com a mitologia clássica: entidades, lugares, animais, etc.;
- Astrónimos – Nomes de astros em geral;
- Panteonímia – Nomes de todos os seres (animais, astros, ventos, terras);
- Potamonímia – Nomes de rios;
- Prosonímia – Cognomes, sobrenomes e apelidos;
- Teonímia – Nomes de entes sobrenaturais;

Não podendo ingorar as diversas classificações toponímicas, apresentamos a classificação de Sousa (confrontar a sua obra que não apresenta data):

- a) *Astrotopónimos*: topónimos relativos aos corpos celestes em geral.
- b) *Cardinotopónimos*: topónimos relativos às posições geográficas em geral.
- c) *Cromotopónimos*: topónimos relativos à escala cromática.
- d) *Dimensiotopónimos*: topónimos relativos às dimensões dos acidentes geográficos.
- e) *Fitotopónimos*: topónimos relativos aos vegetais.
- f) *Geomorfotopónimos*: topónimos relativos às formas topográficas.
- g) *Hidrotopónimos*: topónimos relativos a acidentes hidrográficos em geral.
- h) *Litotopónimos*: topónimos relativos aos minerais ou à constituição do solo.
- i) *Meteorotopónimos*: topónimos relativos a fenómenos atmosféricos.

j) *Morfotopónimos*: topónimos relativos a formas geométricas.

l) *Zootopónimo*: topónimos referentes a animais.<sup>18</sup>.

Relativamente à taxonomia de natureza antro-po-cultural, Sousa apresenta a classificação seguinte:

a) *Animotopónimos* (ou *Nootopónimos*): topónimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual.

b) *Antropotopónimos*: topónimos relativos aos nomes próprios

c) *Axiotopónimos*: topónimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais.

d) *Corotopónimos*: topónimos relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes.

e) *Cronotopónimos*: topónimos relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjectivos novo(a), velho(a).

f) *Ecotopónimos*: topónimos relativos às habitações em geral.

g) *Ergotopónimos*: topónimos relativos aos elementos da cultura material.

h) *Etnotopónimos*: topónimos relativos aos elementos étnicos isolados ou não (povos, tribos, castas).

i) *Dirrematopónimos*: topónimos constituídos de frases ou enunciados lingüísticos.

j) *Hierotopónimos*: topónimos relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, a associações religiosas e a locais de culto.

Esta categoria subdivide-se em:

i. *Hagiotopónimos*: nomes de santos ou santas do hagiológico católico romano.

ii. *Mitotopónimos*: entidades mitológicas.

l) *Historiotopónimos*: topónimos relativos aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas.

m) *Hodotopónimos*: topónimos relativos às vias de comunicação urbana ou rural.

n) *Numerotopónimos*: topónimos relativos aos adjectivos numerais.

o) *Poliotopónimos*: topónimos precedidos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade.

p) *Sociotopónimos*: topónimos relativos a actividades profissionais, a locais de trabalho e a pontos de encontro da comunidade, aglomerados humanos.

---

<sup>18</sup> Este assunto encontra-se no artigo sobre *Topónimia e Ensino: Propostas para a Aplicação ao Nível Básico*, Universidade Federal de Acre, s/d.

q) *Somatopónimos*: topónimos relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou animal.<sup>19</sup>

Portanto, acreditamos que cada topónimo recebe um nome de acordo com as características próprias do momento ou das circunstâncias, favorecendo, deste modo, o seu devido enquadramento histórico, cultural, social e também linguístico.

A Toponímia é, nesta vertente, um tipo de linguagem e um meio de transmissão de conhecimentos sob várias formas.

Assim, lembramos Saussure (1978: 33) que afirmava que a língua «tem uma face individual e uma face social, e não podemos conceber uma sem a outra».

### 2.1.3. Toponímia e Antroponímia

A Onomástica estuda os topónimos e os antropónimos. Por esta razão, não seria correcto não fazer referência à Antroponímia, embora não seja objecto central da nossa investigação; mas sublinhamos que identificámos muitos topónimos que têm proveniência em antropónimos.

Neste contexto, a relação que se pode estabelecer resulta do facto de que

«O hábito de se homenagearem vultos, dando aos lugares os seus nomes, vem de longe. Quer no passado, quer no presente, a antroponímia foi sempre uma boa fonte de recurso para a toponímia» (Carreira e Quintino, 1964: 25).

O termo Antroponímia é formada por duas palavras *antropos*, homem e *nymia*, nome; Antroponímia, etimologicamente, designa nomes de homens e tem por objecto de estudo os nomes de pessoas, seus sobrenomes e apelidos.

---

<sup>19</sup> Confrontar o artigo sobre *Toponímia e Ensino: Propostas para a Aplicação ao Nível Básico*, Universidade Federal de Acre, s/d.

## 2.2. Morfologia do Kikongo e formação dos topónimos

A morfologia de uma língua estuda a natureza, a formação e a flexão das unidades lexicais. A morfologia do Kikongo que vamos abordar, pretende apenas descrever a formação dos topónimos.

Em Mudiambo (2014: 128) encontrarmos uma descrição morfológica das línguas bantu e do Kikongo, em particular; este autor afirma que «quanto à morfologia, as línguas bantu caracterizam-se por uma estrutura morfológica particular: o radical dos nomes é precedido do prefixo de classe a que o nome pertence. [...]».

Como acontece com as línguas bantu, a língua Kikongo possui dezanove classes. Assim, dentro das classes de palavras, importa-nos apenas fazer referência à dos nomes ou substantivos toponímicos que são nomes próprios que designam os espaços geograficamente denominados.

Segundo Quiala (2013: 24), «o Kikongo é uma língua de prefixos, de prefixação (como o são todas as línguas bantu) [...]».

Para Ntongo (2006: 29), «a morfologia é uma disciplina que estuda os elementos que compõem a palavra: os morfemas».

Existe um elemento fundamental da constituição morfológica na Toponímia do Kikongo: trata-se do morfema “**ki**”.

Por isso, urge falar das classes 7/8, da língua Kikongo, onde encontramos o morfema “**ki**”. Regra geral, esta classe tem o singular *ki* e o plural *bi* ou *i* (*yi*)<sup>20</sup>; Quiala (2013: 30) dá os seguintes exemplos: «*kinkutu kyambi* (camisa feia); *Yinkutu yambi* (camissas feias)».

Na formação do léxico toponímico da língua Kikongo, o morfema “**Ki**” pode aparecer, muitas vezes, como um elemento prefixal associado a um nome ou como um constituinte.

---

<sup>20</sup> A forma *yi* resulta da regra segundo a qual, quando a semivogal *i* é seguida de uma vogal ou semivogal, ela toma a forma de *y*. exemplos: *yamba* (não *iamba*) =agarra; *yambila* (não *iambila*) = conversa, etc.

Este morfema “*ki*” aparece como um elemento-chave na Toponímia do Kikongo, uma vez que, na classe de palavras<sup>21</sup>, ocupa um valor fundamental.

Lusakalalu (2005: 12) afirma que o morfema *ki* é fundamental na estrutura morfológica do glossónimo Kikoongo:

«A estrutura morfológica do glossónimo Kikoongo é o prefixo nominal *ki-* e a raiz *-koongo*. Se colocarmos o prefixo *mu-* no espaço prefixal *ki-*, obtemos o etnónimo *mukoongo*. O plural de *mukoongo* é *bakoongo* ou *koongo* que é o Estado pré-colonial conhecido como o Reino do Congo [...]. Acoplado às raízes o prefixo nominal *ki-*, formam-se os glossónimos *kizoombo*, *kinsooso* e *kimbeembe*».

O morfema prefixal “*Ki*” entra na formação de substantivos, indicando vários nomes de aldeias; Quijala (2013: 36) explica que esses topónimos

«Formam-se antepondo o prefixo nominal “*KI*” ao substantivo que dá origem ao nome da aldeia. Exemplos: - *Mbunga* = *Ki* + *Mbunga* = *Kimbunga*; *Mayala* = *Ki* + *Mayala* = *Kimayala*»

Tanto “*Mbunga*” como “*Mayala*” são nomes de pessoas (antropónimos) que dão origem aos nomes de lugares (topónimos).

Vejamos outros exemplos:

- a) *Ki-* como elemento de maior expressão oral e escrita:
- *Ki-Mbwaki* (*mbwaki* = cor vermelha): a junção de “*Ki*” formou o topónimo *Kimbwaki*;
  - *Ki-Nteka* (*Nteka* ou é um antropónimo ou uma forma adverbial que significa modo ou forma de vendas): a junção de “*Ki*” formou o topónimo *Kinteka*;
  - *Ki-Lumoso* (*lumoso indica o lado esquerdo*): a junção de “*Ki*” formou o topónimo *Kilumoso* (aldeia periférica da província);
  - *Ki-Vita* (*Vita significa guerra*), hoje, *Kivita* é nome de uma aldeia;
  - *Ki-Nkama* (*Nkama* é numeral : cem)

---

<sup>21</sup> Cf. Quijala, Miguel Barroso, 2013.

- *Ntambu* significa armadilha. Literalmente, o topónimo “Nkama Ntambu” significa “cem armadilhas”. Hoje, quem vai à comuna do *Nkama Ntambu* diz: *Ngiele ku Kinkama Ntambu* (vou ao Kinkama Ntambu);
- *Ki-Nzambi* (*Nzambi* é Deus), mas o topónimo *Kinzambi* designa “divindade”;
- *Ki-Mpatu* (*mpatu* é o pato ou a pata) : deu origem ao topónimo e *Kimpatu*

- b) Mas temos uma excepção para esta regra: o topónimo *Kindoki* (*kindoki* é feitiço e *Ndoki* é feiticeiro). Exemplo: *yani kindoki kena kyau* (ele tem feitiço); *yani ndoki* (ele é feiticeiro). *Yani ku Kindoki kena* (ele está no *Kindoki*). *Kindoki* não se refere ao acto mágico de feitiço, mas a um topónimo.

O uso do morfema “*Ki*”, enquanto formante, é percebido como uma estrutura morfológica da formação de palavras. Segungo Rosa (2002: 47), «o papel da morfologia passa a ser o de juntar esses pedaços de material, ou *morfemas*, que são signos mínimos».

### 2.3. Características fonológicas do Kikongo: implicação na grafia e pronúncia dos topónimos

A estrutura lexical dos topónimos em Kikongo obedece às regras da fonologia e da morfologia desta língua.

Ntongo (s/d: 98) afirma que «o contexto actual exige a reposição linguística dos topónimos com base no sistema fonológico das línguas em que eles são designados, de forma a inseri-los na sua cultura e/ou história respectiva».

Precisamos identificar as principais características desta língua, com vista a encontrarmos uma linha de consenso que permita uma escrita coerente e correcta dos topónimos.

Todas as línguas naturais, além de características gerais do sistema fonológico, apresentam, cada uma, particularidades que as distinguem uma das outras, pois, diz-nos Faria, Duarte & Gouveia (2005: 44) que «Um ser humano normal, em circunstâncias

normais de exposição à língua falada pelos falantes da comunidade em que está inserido, é capaz de, com base nos princípios constitutivos da sua faculdade inata para a linguagem verbal, formular hipóteses sobre o funcionamento da sua linguagem e, progressivamente, fixar os respectivos parâmetros fonéticos, fonológicos, morfológicos e sintáticos».

Regra geral, a fonética é o estudo dos sons da fala de uma dada língua. O termo, segundo Viana, *in* Faria, et al, (2005: 115), vem do adjetivo grego “φωνητικός” que significa “relativo aos sons da linguagem”. Fonética é a disciplina científica que se ocupa dos sons da fala humana, do modo como esses sons são produzidos pelos locutores e como são percebidos pelos ouvintes.

Em relação à fonologia, Netto (2001: 12) afirma que «o objecto da fonologia é a produção sonora vocal, isto é, ruídos vocais significativos, que podem agrupar-se com outros ruídos vocais igualmente significativos e, conseqüentemente, formar unidades significativas maiores».

Ainda, a fonologia é a disciplina linguística que estuda os sons distintivos da língua (fonemas/segmentos), isto é, os sons que permitem distinguir significados.

Com base nestes pressupostos, vamos dedicar uma especial atenção à formação dos topónimos, conforme as regras fonológicas do Kikongo.

Porém, consideramos, de antemão, que o alfabeto Kikongo não possui as letras: /c/, /h/, /j/, /r/, /q/ e /x/ , mas contém um número de vogais e semivogais iguais ao Português.

Tendo em conta os objectivos deste trabalho, no quadro da colocação das vogais e semivogais, entre as regras gerais, as principais que achamos convenientes são:

- a) A vogal [i] quando seguida de uma vogal ou outra semi-vogal, torna-se uma semi-vogal [y]: **Kiyanda**, (não Kianda), **Kimayala**, (não Kimaiala), **Yokola** (não Iocola);
- b) A vogal [u] quando seguida de uma vogal ou outra semi-vogal, torna-se uma semi-vogal [w] e pronuncia-se como em Português: **Ambwila** (**Mbwila** como nome original e não Ambuila) **Vwanga** (não Vuanga), **Wembo** (não Uembo), **Wamba** (não Uamba);

- c) A vogal [o] nunca toma a forma portuguesa de /u/ no meio ou no final de um nome ou qualquer palavra: *Kimpanzu* (não Kimpanzo), *Kimakungu* (não Kimacungo);
- d) O grafema /s/ nunca aparece duplicado numa palavra e pronuncia-se sempre [s] e não /z/ como ocorre em Português, isto é, quando aparece entre vogais: *Kisanga* (não Kissanga), *Kasasa* (não Kassassa);
- e) Nas línguas bantu, como em Kikongo, as consoantes labiais são sempre antecedidas pela consoante [m] e não [n] e dificilmente se duplicam. Exemplos desta realização fonológica são os topónimos *Mpete* do composto da comuna do Nkusu-Mpete (não Cusso-Pete), *Mbanza ya Komba* (não Banza Comba), *Mbungu* (não Bungo), etc.;
- f) A consoante oclusiva [d] aparece, regra geral, acompanhada da consoante [n]: *Ndamba* (não Damba).
- g) Os grafemas /c/ e o /q/ são substituídos pelo grafema /k/: *Katapa* (não Catapa), *Kandombe* (não Candombe), *Kimakungu* (não Quimacungo), *Kimpemba* (não Quimpemba ou Quipemba, como aparece grafado), *Kinvwenga* (não Quivuenga). Ou seja, o «K – substitui, em todos os casos, C – Q doutras línguas. Ex.: Kinkulu e não quinculu; Kikongo e não Quicongo» (Kukanda, 1986: 47).
- h) O /g/, em Kikongo, «tem sempre pronúncia de “gue” e não “je”, como em português» Quiala (2013: 22). Temos como exemplo os topónimos *Lenge* (e não Lengue), *Kisengele* (e não Kissenguele) .

A língua Kikongo é objecto de estudo há muitos anos; as letras do alfabeto têm o mesmo valor que em Português. Mas existem diferenças:

O /g/ nunca tem o valor de [ʒ] ainda que anteposto a *e* ou *e*. Assim, *mpangi* (irmão mais velho, irmã mais velha), *ienge* (alegria), pronunciam-se: *mpamngui*, *iengue*.

O /k/ substitui, em todos os casos, o /q/ do Português e o /c/ antes de /a/, /o/, u/.

Relativamente ao fonema [m] , como acontece em Português, nasala as vogais *a*, *e*, *i*, *o*, *u* (porém mais levemente que na nossa língua). Para que tal nasalação tenha lugar, torna-se indispensável que o [m] seja imediatamente seguido doutra consoante. A nasalação das vogais tem lugar ainda nos casos seguintes: *a-mpuena* (grande), *a-mbote* (bom, boa, bons, boas), *a-mbi* (mau, má, mas, más), *mono mpe* (eu também), *iandi mpe* (êle, ela também), pronunciam-se *ãpuena*, *ãbote*, *ãbi*, *monõpe*, *iãdimpe*, etc.

O fonema [n] tem características idênticas ao [m].

O fonema [R] é substituída por /l/,

Portanto, estas características fonológicas do Kikongo contribuem para uma identidade da grafia da Toponímica da língua Kikongo.

Em regra geral, a transformação fonológica de alguns topónimos como os que aqui apresentamos tiveram influência do Português pelo facto de que, nesta língua, dificilmente se encontram unidades lexicais toponímicas, iniciadas por *nd*, *m*, *n*, etc. Assim, *Ndamba* transformou-se em *Damba*, *Mbungu* em *Bungo*, *Nsoso* em *Sosso*, entre outros casos.

O mesmo fenómeno encontra uma explicação pormenorizada em Muaca (cf. 2001: 15) segundo o qual na Língua Portuguesa – e em quase todas as línguas latinas – não há unidades lexicais que comecem por [N] ou [M] seguida de outra consoante. Quando apareciam unidades lexicais assim formadas, os portugueses de Angola, nos primeiros séculos, realizavam autênticas ginásticas de adaptação, de modos diversos: *Ngola* = *Angola*; *Nzele* = *Anzele*; *Nzico* = *Anzico*; *Ngoleme* = *Angoleme*; *Ndulu* = *Andulo*; *Mbaca* = *Ambaca*; *Mbuila* = *Ambuila*.

O fenómeno de alteração fonológica e gráfica dos topónimos é o resultado do contacto de línguas entre povos com culturas diferentes. Tal é o assunto a abordar no ponto que se segue.

## 2.4. Contacto de línguas na es (des) truturação dos topónimos da Província do Uíje

Os princípios de atribuição de nomes aos lugares não deve fugir às regras linguísticas das línguas faladas dentro de um território, sobretudo das variantes que cada uma das línguas utiliza.

O contacto de línguas é uma evidência em todas as sociedades, pelo que o léxico de uma e outra sofre influências, verificando-se, no caso do Português com o Kikongo, o processo designado por “*adstrato*” que é, segundo Barros (2013: 40) como «língua que sobrevive, coexistindo com a língua do povo invasor. Designa igualmente o tipo de relação superficial que se estabelece entre duas línguas [...]».

Nestes contactos a Toponímia encontrou vias abertas para o desequilíbrio fonológico e lexical.

Alguns autores estabelecem um paralelo do Português de Angola como uma variante, ou seja, do Português europeu. Nesta perspectiva adianta-nos, Queta<sup>22</sup> que, «A variante do Português de Angola é produto do fenómeno natural da variante linguística consequente do contacto linguístico e cultural entre portugueses e as línguas bantu».

A utilização do Português como língua veicular entre os diferentes grupos étnicos do país favoreceu a sua aprendizagem; no entanto, pode registar-se uma forte influência das línguas locais no Português falado pelos angolanos, se o compararmos ao português-padrão (europeu).

Segundo Mingas (2000: 59) «o nível lexical é, sem sombras de dúvidas, o mais rico em fenómeno de interferências, se tivermos em linha de conta que ele constitui a parte menos rígida de uma língua. Os seus elementos são, por conseguinte, os mais vulneráveis ao fenómeno de interferências, numa situação de contacto de línguas [...]»

Este fenómeno de contacto de línguas faz evoluir o Português. Aliás, Lino, et al. (2010: 188) afirmam que «A Língua Portuguesa não cessa de evoluir, nos vários espaços lusófonos, onde coabita com outros tipos de línguas».

---

<sup>22</sup> Cf. Muanza, Manuel (org). *Cadernos de Estudos Literários e Linguísticos*. Edições Mayamba, Luanda, 2010: 60.

O contacto de línguas é o resultado da situação em que duas comunidades de línguas diferentes se inter cruzam num determinado período de tempo.

Esta dinâmica das línguas é observada por Paul (1966: 409) que, em sentido restrito, afirma que o «cruzamento de línguas é primeiro a influência duma língua sobre a outra, que não tem nada que ver com ela ou, se lhe é afim na origem, se diferencia tão fortemente dela que a primeira tem de ser aprendida separadamente”.

O factor contacto é fundamental para entendermos as variações que ocorrem numa determinada língua, pois é uma estrutura dinâmica, obdecendo aos factores cronológicos, regionais, sociais, etc.

Mateus, Brito *et al.* (2004: 33) sublinham o fenómeno da variação, dizendo que

«Qualquer língua natural varia ao longo do tempo e do espaço da sua utilização. Varia ao longo da sua própria história como varia ao longo da vida dos falantes que a utilizam quer como língua materna quer como língua segunda. Varia de região para região onde é utilizada, varia em função do contacto com outras línguas, varia em funções das pertenças sociais e culturais dos seus falantes, varia em função das próprias situações em que é utilizada».

O contacto de línguas tem influência nas estruturas lexicais. Não devemos esquecer que a característica da língua Kikongo é fundamentalmente proverbial, ou seja, os nomes são dados em contextos histórico-culturais distintivos, próprios deste povo. Assim sendo, a grafia dos topónimos deve ser harmonizada conforme a sua origem cultural, permitindo recuperar a sua significação do topónimo

Portanto, a grafia originária deve ser recuperada nos próximos tempos de modo a consolidar a identidade cultural angolana, em geral, e a uijeense, em particular. O Português é a língua oficial em território angolano, atingindo algumas esferas, podendo deixar ainda raízes profundas das línguas nacionais (bantu e não bantu).

No entanto, várias etnias preservam as suas línguas nativas. A identidade das línguas nacionais (onde o Kikongo não é excepção) continua a ser preservada por cada etnia, na medida em que

«o processo de colonização levado a cabo pelas potências ocidentais não foi suficientemente para uniformizar a língua (da metrópole) para os povos colonizados. Angola, não sendo exceção, ainda hoje – o que se pretende que seja preservado -, é constituída por um maciço, sendo que cada grupo etnolinguístico usa uma língua, independentemente da adopção de uma língua oficial» (Sousa, 2012: 73).

A bem da verdade, houve um processo de aportuguesamento dos topónimos das línguas angolanas, onde o Kikongo aparece numa escala de maior grau, pois submeteu-se ao processo da utilização da única língua, a portuguesa. Assim, Ntondo (2009: 99), *apud* Alice, afirma que:

«No caso presente, dada a imposição unilingue do português, conferindo-lhe institucionalmente a plurifuncionalidade, a ortografia da toponímia angolana, refém desta situação, conheceu modificações profundas, de que o período pós-independência perpetua, adaptadas às características fonológicas da língua dominante. Por este facto, a toponímia, despida da sua essência cultural, histórica e psicológica incomensurável, tornou-se desconhecida. O processo de deformação da ortografia toponímica, através de aportuguesamento, foi institucionalmente sistematizada e organizada. Assim, cada topónimo aportuguesado, excomungando do seu meio cultural histórico, funciona no vazio, pois já não é reconhecido nem na cultura e/ou história portuguesa, apesar da sua adaptação ao seu sistema fonológico e ainda menos na sua cultura intrinsecamente africana» (2011: 34-35).

Em suma, pretende-se dar valor à identidade cultural de um povo através do estudo dos topónimos.

## **CAPÍTULO III**

### **METODOLOGIA E PROPOSTA DE HARMONIZAÇÃO GRÁFICA**

### 3.1. Métodos de recolha de dados

A metodologia compreende o conjunto de técnicas que se usam no campo da investigação de modo a atingir as metas desejadas.

Nenhum trabalho tem informações fiáveis sem determinar os métodos; por isso, o nosso trabalho não é uma excepção. Propomo-nos seguir os seguintes métodos:

- **Analítico-descritivo:** na sua generalidade, este tipo de método permitiu-nos procurar as informações que, depois de analisadas, foram descritas, visando os objectivos preconizados. Efectuámos consultas bibliográficas específicas.
- **Entrevista:** este método permitiu o contacto com autoridades tradicionais, com vista a fornecerem dados fiáveis sobre a origem e significado dos nomes de lugares.
- **Diálogo:** é um método que consiste na conversa com algumas pessoas mais idóneas de modo a conhecer algumas realidades histórico-culturais da Província do Uíje. Os interlocutores criem um clima de diálogo, onde se faz notar uma abertura na exposição dos dados relativos a um determinado assunto em discussão-debate.
- **Comparativo:** este método favoreceu que, no âmbito dos dois léxicos em estudo, pudéssemos procurar uma relação entre as duas línguas e as duas culturas em contacto, considerando as formas gráficas que caracterizam cada uma delas. É um método que nos permitiu fazer comparações entre as estruturas morfológicas e fonético-fonológicas do Português e do Kikongo, enquanto línguas em contacto.
- **Dedutivo:** é o método que, a partir de dados teoricamente fundamentados em premissas, conseguimos tirar ilações a respeito do estudo em causa.
- **Estatístico:** permitiu-nos analisar os dados, do ponto de vista quantitativo, procurando conciliar o valor percentual da classificação taxonómica dos topónimos.

### 3.2. Corpus de topónimos e análise de dados

Constituímos **um corpus de topónimos um corpus representativo**, composto pelos nomes das sedes dos dezasseis municípios da Província do Uíje e algumas aldeias do município-sede do Uíje.

Apresentamos duas tabelas com uma extacção dos topónimos encontrados no corpus, mas organizados por municípios e classificados segundo uma caracterização taxionímica.

**Tabela nº 1 – Amostra do CORPUS**

**da divisão político-administrativa da Província do Uíje**

<b>Municípios</b>	<b>Caracterização taxionímica<sup>23</sup></b>	<b>Comunas</b>	<b>Número de Regedorias</b>	<b>Número de Aldeias</b>
Uíje	Potamónimo	Sede	21	83

<sup>23</sup> A caracterização dos dados apresentada neste quadro não faz parte daquilo que encontramos no Perfil da Província do Uíje (Cf. 2012)

Esta classificação pretende ser uma antecâmara do trabalho que o projecto visa levar a cabo num futuro breve em Angola.

Por outro lado, para uma melhor compreensão desta classificação, precisamos explicar cada um dos conceitos:

*Antropotopónimos* (topónimos relativos aos aos nomes próprios individuais);

*Potamónimos* (topónimos que designam nomes de rios);

*Etnotopónimos* (topónimos relativos aos elementos étnicos isolados ou não (povos, tribos, castas) e

*Zootopónimos* (topónimos referentes aos animais).

Neste sentido o topónimo *Danje Kitesi ou Danje Quitexe*, engloba tanto a característica potamonímica como a característica zootoponímica.

Os *Sociototónimos* são os toponónimos relativos às actividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade, aglomerados humanos.

Os *Histiotopónimos* são topónimos relativos aos movimentos de cunho histórico, aos seus membros e às datas comemorativas, como é o caso do município do Kimbele, embora a data daquele encontro não se comomore nos nossos dias, porém, mantém-se marcado na vida deste povo.

Os topónimos sem classificação, apresentados sob forma neutra, vão exigir de nós um estudo mais pormenorizado para se encontrar a sua forma taxionímica.

Ambuila	Antropotopónimo	Sede e Kipedro	8	54
Songo		Sede e Kinvwenga	13	81
Bembe	Não esclarecida	Sede, Lukunga e mabaia-Kimaria	19	108
Negage	Potamónimo	Sede, Dimuca e Kisseque	27	82
Bungo	Potamónimo	Sede	12	60
Maquela do Zombo	Não esclarecida	Sede, Kibocolo, Béu, Cuilo Futa e Sacandica	37	348
Damba	Antropotopónimo	Sede, N'soso, Lêmboa, N'kama-N'tambo e N'kusso	37	270
Alto Cauale	Etnotopónimo	Cangola, Caiongo e Bengo	22	118
Sanza Pombo	Não esclarecida	Sede, Alfândega, Cuilo Pombo e Uamba	20	240
Dange Quitexe	Potamónimo + Zootopónimo	Quitexe, Aldeia Viçosa/Quitende, Vista Alegre/Quifuafua e Cambamba	17	75
Kimbele	Antropotopónimo	Sede, Icoça e Alto Zaza	16	296
Milunga	Historiotopónimo	Sede, Santa Cruz, Macocola, Macolo e Massau	16	218
Púri	Potamónimo	Sede	12	65
Mucaba	Não esclarecida	Sede, Quinzala e Uando	6	52
Buengas	Potamónimo	Sede, Buengas Sul/Quimbianda e Cuilo Cambozo	7	112

**Fonte: PMIDRCP, in Perfil da Província do Uíje (2012: 19).**

**Tabela nº 2 – Amostra do CORPUS**  
**do Município-Sede do Uíje (algumas aldeias)**

<b>Localidade</b>	<b>Caracterização taxionímica<sup>24</sup></b>	<b>Categoria</b>	<b>Fonte</b>
Uíje	Potamónimo	Município Sede	Perfil do Município do Uíje <sup>25</sup>
Catuhula	Sociotopónimo	Aldeia	Conversa com uma professora
Senga	Sociotopónimo	Regedoria	Entrevista a autoridades tradicionais
Quifumbi	Historiotopónimo	Aldeia	Entrevista a autoridades tradicionais
Banza Luanda	Antropotopónimo	Aldeia	Entrevista a autoridades tradicionais
Tange a Ngandu	Potamónimo + Zootopónimo	Aldeia	Entrevista a autoridades tradicionais
Quivita	Historiotopónimo	Aldeia	Conversa com um professor antigo
Quilumosso	Não esclarecida	Aldeia	Conversa com um professor antigo
Quilevo	Não esclarecida	Aldeia	Conversa com um professor antigo

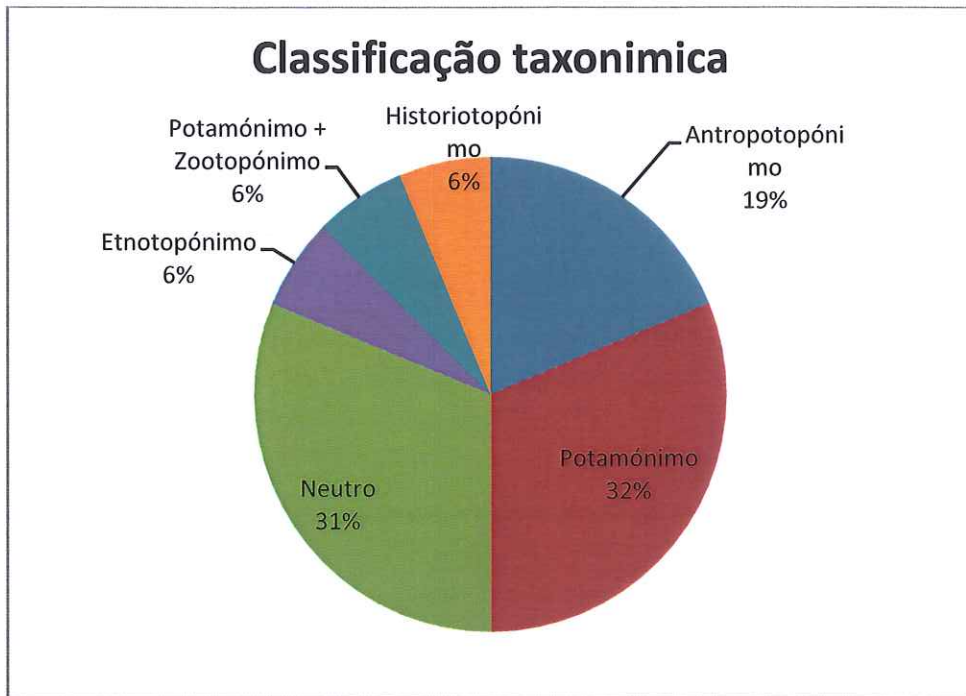
<sup>24</sup> Conforme fizemos alusão na tabela nº 1, os topónimos apresentados aqui têm as seguinte designações: *Ergotopónimos* (topónimos relativos aos elementos da cultura material); *Corotopónimos* (topónimos relativos a nomes de cidade, países, estados, regiões e continentes); *Panteónimos* (nomes de todos os seres : animais, de astros, de ventos, de terras, etc).

Obs.: os topónimos sem as devidas caracterizações taxionímicas precisam de um estudo mais avançado, junto das autoridades civis, militares e, sobretudo tradicionais, tendo em conta a história de cada um deles.

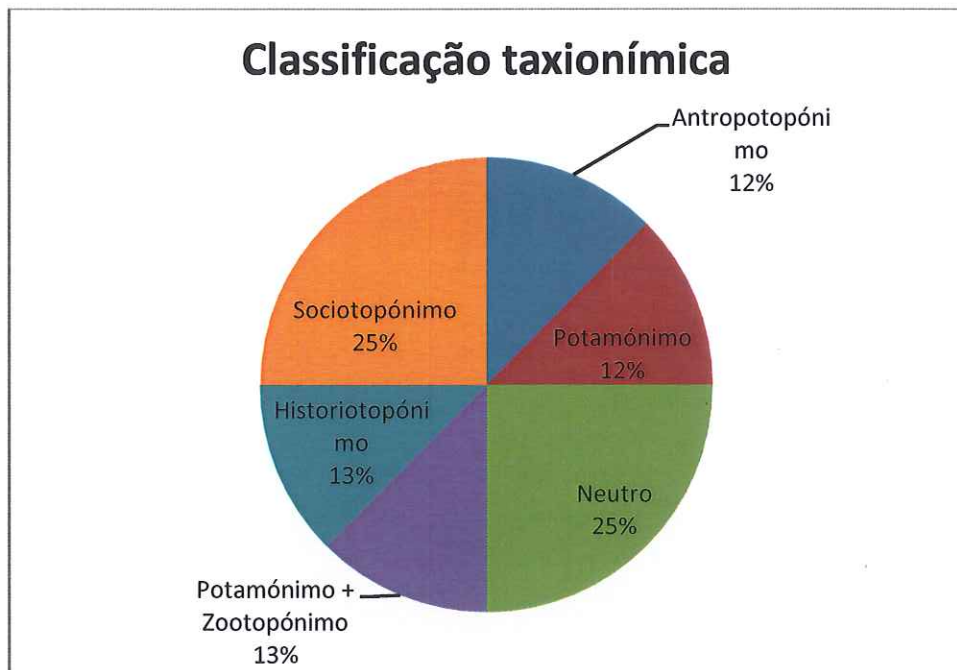
<sup>25</sup> Cf. Perfil do Município do Uíje, 2012

### 3.3. Valor percentual taxonómica

#### 3.3.1. Nomes de municípios da Província do Uíje.



#### 3.3.2. Algumas aldeias do município-sede do Uíje.



Estes gráficos permitem-nos interpretar os dados e perceber que, na sua maioria, os topónimos identificados, em relação aos municípios da Província, são do domínio da Potamonímia; são Potamónimos com uma percentagem de 32% . Uma minoria são Histotopónimos, com 6%.

Relativamente a algumas aldeias do município-sede do Uíje, temos mais Sociotopónimos uma percentagem de 25% ; os não identificados têm uma percentagem idêntica. Os Antrotopónimos têm apenas 12% ; os Potamónimos têm um valor idêntico.

Assim, o Corpus de Topónimos do nosso trabalho é constituído por um conjunto de topónimos que compõem as sedes de cada município da Província do Uíje e algumas aldeias do município-sede do Uíje.

Para a recolha deste corpus, usámos como principais métodos o diálogo e as entrevistas com pessoas idóneas, de quem conseguimos obter informações sobre a origem e o significado de cada um dos topónimos.

Com base na tabela, relativamente aos municípios, podemos observar que, além de serem nomes de municípios, alguns são sedes comunais, ao mesmo tempo. Tal é o caso de Uíje, Bungo e Púri. Porém, precisamos ter em conta que «Existe o hábito de não considerar a comuna sede como uma comuna, o que por vezes, provoca um vazio institucional e ambiguidades»<sup>26</sup>.

Este **corpus** é aberto, podendo ser enriquecido por outras fontes de informação que a realidade nos proporcionar, pois ao nível da realidade histórico-cultural e linguística do Kikongo e do Português, temos muitos aspectos que precisam ser descobertos.

---

<sup>26</sup> Cf. Perfil da Província do Uíge, Uíge, 2012: 19.

### 3.4. Base de dados lexicográfico-toponímica

Efectuámos uma base de dados de carácter lexicográfico-toponímica para registar os topónimos recolhidos para a constituição do corpus.

A Base é constituída por vários campos: Província, Língua, Topónimo, transcrição fonética, proposta de grafia, definição, gentílico. A definição apresenta as informações de carácter histórico e linguístico do topónimo que devem permitir a sua harmonização gráfica.

	A	B	C	D	E	G	H	I
	Província	Língua	Topónimo	Categoria	Transcrição fonética	Proposta de grafia	Definição	Gentílicos
1	Uíje	Kikongo	Uíje	Sede da província	[Wíje]	Uíje/Wízi	O nome da província deriva (Uíjeense/uíjeenses	
2	Uíje	Kikongo	Negage	Município	[Negage]	Ngeje	"Ngeje" é um vocábulo da lír Mwisi, kwangaj/Esi, besingaj	
3	Uíje	Kikongo	Damba	Município	[Damba]	Ndamba	Não temos informações orais Mundamba/mindamba	
4	Uíje	Kikongo	Bembe	Município	[Bembe]	Mbembe	Não temos dados sobre a ori Mumbembe/mimbembe	
5	Uíje	Kikongo	Puri	Município	[Puri]	M'pudi	O nome do Município é originário Mumpudi/mimpudi	
6	Uíje	Kimbundi	Cangola	Município	[Kangola]	Kangola	O nome de Cangola tem origem Mwisi Kangola/Esi, besi Kangola	
7	Uíje	Kikongo	Bungo	Município	[Bungo]	Mbungu	Diz a história oral que o nome Mumbungu/mimbungu, esi Mbungu	
8	Uíje	Kikongo	Quimbele	Município	[Kimbele]	Kimbele	A denominação Kimbele, de Mwisi, kwakimbele/Esi, besikimbele	
9	Uíje	Kikongo	Dange Quitexe	Município	[Danzi Kites]	Danje Kites	O nome do município está lí Mwisi, kwakites/Esi, besikites	
10	Uíje	Kikongo	Ambwila	Município	[Ambwila]	Mbwila	Este topónimo resulta de um Mimbwila/mimbwila, esi mbwil	
11	Uíje	Kikongo	Buengas	Município	[Buengas]	Mbwenga	O nome do município deriva (Mwisi, kwambwengue (ga)/Esi, besimbi	
12	Uíje	Kikongo	Sanza Pombo	Município	[Sanza Pombo]	Sanza Mpombo	Os dados de que dispomos, Mwisi, kwasanza mpombo/Esi, besi sa	
13	Uíje	Kikongo	Maquela do Zombo	Município	[Makela do Zombo]	Makela ma Zombo	Maquela vem de "makele" lí Mwisi, kwamakela/Esi, besimakela	
14	Uíje	Kikongo	Mucaba	Município	[Mukaba]	Mukaba	A informação sobre a origem Mwisi, kwabaka/esi, besikaba	
15	Uíje	Kikongo	Milunga	Município	[Milunga]	Milunga	O nome do Município de Milungwa, kwamilunga/Esi, besimilunga	
16	Uíje	Kikongo	Songo	Município	[Songo]	Nsongo	Sobre a origem e significado Mwisi, kwasongo/esi, besisongo	
17	Uíje	Kikongo	Catuhula	Aldela	[Katuhula]	Katuhula	Nome que deriva da actividade Mwiskatuhula/Esi, besikatuhula	
18	Uíje	Kikongo	Tange a Ngando	Aldela	[Tanza a Ngandu]	Tanza a Ngandu	A tradição oral relata que, Te Mwisitange, kwatange	
19	Uíje	Kikongo	Banza Luanda	Aldela	[Mbanza Luwanda]	Mbanza a Luwanda	É o nome de um senhor Lwa Mwisi, kwambanza Luwanda	
20	Uíje	Kikongo						

### 3.5. Propostas de harmonização gráfica

Ao lado desta temática, a nossa atenção centra-se na apresentação gráfica de alguns topónimos de acordo com a origem dos mesmos, isto é, conforme as características culturais, históricas e linguísticas do Kikongo.

Por outro lado, não ignoramos a vertente da Linguística Portuguesa, um vez que, tal como fizemos alusão num dos pontos acima (contacto de línguas), existe o processo de aportuguesamento, um processo em que numa língua surgem novas formas de escrever as unidades lexicais ou os topónimos.

Assim sendo, a nossa preocupação vai incidir sobre o processo que pretende colocar em evidência a “*ortoépia*” (do grego *orthós* “recto” e *eipên* (falar), isto é, «a parte da gramática normativa que estabelece as regras da pronúncia cuidada, tendo em conta os traços fonológicos específicos, a pronúncia tradicional e o uso» (Estrela e Correia, s/d: 147).

Por um lado, verificamos, frequentemente, um duplo processo gráfico, onde o primeiro (Kikongo) nos remete para o factor cultural e de identidade genuína dos topónimos da província do Uíje. Por outro lado, em regra geral, esses topónimos foram aportuguesados, o que anular a sua grafia complica o sistema linguístico da qual foram adaptados.

Porém, a perspectiva de sugerir uma grafia dos topónimos na língua Kikongo vem-nos, precisamente, da seguinte premissa: hoje, os que melhor sabem pronunciar os nomes de lugares na província são as pessoas da classe menos ou mesmo não alfabetizada através do uso da língua oral; pelo contrário, a classe alfabetizada e académica não conhecem a sua pronúncia genuína. Exemplos vivos surgem com anciãos e anciãs na expressão oral, dizendo: “*Yeto kuna Ndamba*” - Nós lá na Ndamba (Damba), “*Yeno ku Mbembe*”- Vocês no Mbembe (Bembe), “*Mwana a Mpudi*”- É filho do Mpudi (Púri), “*Tata wele longela ku Mbungu*”- O pai foi ensinar (dar aulas) no Mbungu (Bungo).

Portanto, pronunciar bem e grafar bem os topónimos será um factor determinante para se compreender o significado cultural dos topónimos.

Assim sendo, para começar a proposta de harmonização propriamente dita, vamos analisar o topónimo *Uije* (nome da Província e, ao mesmo tempo, do Município sede).

Podemos notar que, fonológica, «quanto aos sons (je)/(ji), estes não fazem parte do sistema fonético-fonológico do Kikongo, pois o alfabeto desta língua não tem (j) e sons como (ji), (je) não existem. O (g) só aparece associado com (i), (e) sendo precedido de (n), mas sem a fonologia portuguesa» (Quivuna, 2014: 29-30)<sup>27</sup>.

Historicamente, já observámos a origem do nome: resta-nos afirmar que Uíje se deveria escrever “*Wizi*”. Aliás, derivado do verbo vir em Kikongo: *wizidi, wizi, wiza*, «kwiza, lwaka», (Cobe, 2010: 617).

No mapa de Angola apresentado por António, Matubakana e Victor (s/d: 6), ainda se pode ver o nome da Província grafado por “*WIZI*”. Em Português, sugerimos que se escreva “*Uije*”, anulando, portanto, a forma actual, “*Uíge*”.

Em relação aos topónimos dos municípios sede, a nossa proposta é:

- *Negage* – resulta de “*Ngaje*” é um vocábulo da língua Kimbundu que pode ser traduzido por “local entre rios”. Na realidade, na área de Dimuca encontram-se as nascentes de vários rios importantes. Diz a história oral que um “velho” chamado Kinvulo, oriundo da aldeia “Nzundo”, situada algures numa área montanhosa, terá sido o primeiro residente da localidade de *Ngage*, nome associado a lagoa, uma área pantanosa onde existia uma fonte de água bem limpa<sup>28</sup>. Propomos *Ngaje* (língua Kimbundu) e *Negaje* (em Português).
- *Damba* – Não temos informações orais nem escritas suficientes sobre origem e significado. Mas em conversa com o Sr. Luvumbo Tomás, antigo funcionário já na reforma, refere que este topónimo deriva do antropónimo *Ndamba*. Este homem foi encontrado pelos portugueses nessa região, em 1911, e pertencia à tribo do Kingenge. Por outro lado, a proposta fundamenta-se neste elemento

---

<sup>27</sup> Cf. nota de rodapé nas páginas indicadas.

<sup>28</sup> Cf. Perfil do Município do Negage, 2012

emblemático, em que a partir da 1ª edição das festas do município (em Setembro de 2014) apresenta esta grafia, juntamente com as suas comunas. *Ndamba* (Kikongo) e *Damba* (Português). Isto demonstra um trabalho desenvolvido pelas autoridades, conforme se pode ver na figura:



- **Quimbele** - A denominação *Kimbele*, de acordo com a memória colectiva, deve ter origem no termo “*Nkambele*” (catana em língua Kikongo), nome de um dos primeiros sobas indicados pelos anciãos locais para representarem a população local perante a administração colonial em 1911<sup>29</sup>. Outra versão indica que os habitantes deste local usaram a catana como meio para se defenderem contra a opressão colonial e, ainda, hoje, serve como meio de luta entre os povos<sup>30</sup>. Assim, na língua Kikongo escreve-se, regra geral, “*Kimbele*” e “*Quimbele*” em Português.
- **Bungo** - Diz a história oral que o nome de Bungo teria origem num ribeiro de nome *Mbungo*, cuja nascente estava localizada próximo da actual Mbanza Bungo<sup>31</sup>.

As origens do nome indicam para a grafia “*Mbanza Mbungu*” (Kikongo) e “*Bungo*” (Português).

<sup>29</sup> Cf. Perfil do Município do Quimbele

<sup>30</sup> Conversa com o senhor Lino José Kusanda, catequista regional no Município do Kimbele

<sup>31</sup> Cf. Perfil do Município do Bungo, 2012.

- **Ambuila** - Este topónimo resulta de um antropónimo. O nome do Município tem origem no comandante que veio da província do Zaire para combater contra a colonização portuguesa na batalha de MBWILA. Os portugueses, por dificuldade em pronunciar o nome aportuguesaram o mesmo transformando-o em Ambuíla<sup>32</sup>. Em língua Kikongo grafar-se-ia “*Mbwila*”. Em Português temos “*Ambuila*”.
- **Cangola** - O nome de Cangola tem origem no grande soba Marinda (Ma'nkongolo), da tribo real dos Kiluanji Ngola. Este retirou-se com a sua família de Kalandula e deslocou-se para as mediações do rio Kauale, e aí estabeleceu o seu reino junto à margem esquerda do rio até à chegada dos portugueses na área. Até hoje, o município é chamado Cangola ou Alto Kauale<sup>33</sup>. Assim, teríamos “*Kangola ou Alto Kawale*” (origem na língua Kimbundu) e “*Cangola ou Alto Cauale*, em Português.
- **Dange Quitexe** - O nome do município está ligado ao rio Dange. Trata-se do mesmo rio que mais a jusante, no actual território da província do Bengo é conhecido por Dande, dando igualmente tal nome ao município (Dande) dessa província onde se situa a sua sede, a cidade de Caxito. Segundo algumas fontes, é possível que o topónimo original fosse Dande, que na região a montante da confluência do rio Lueji era pronunciado como “Dandje” e daí a derivação para Dange ou Danje, como alguns linguistas preferem escrever. Quanto ao Quitexe, o nome deve derivar de um antílope com o mesmo nome<sup>34</sup>.

Deste modo, propomos a seguinte grafia: “*Danje Kitesi*” (Kikongo) e “*Danje Quitexe*” (Português), a exemplo do topónimo *Malanje* que antes era grafado por *Malenge*.

- **Buengas** - O nome do município deriva do nome do rio *Mbuenga*, que foi aportuguesado aquando da colonização passando-se a chamar rio *Buenga*. Em

<sup>32</sup> Cf. Perfil do Município de Ambuila, 2012

<sup>33</sup> Cf. Perfil do Município de Cangola, 2012

<sup>34</sup> Cf. Perfil do Município do Quitexe, 2012

1923, quando se dá a junção administrativa entre *Buenga Sul* e *Buenga Norte* o município adoptou definitivamente a designação de *Buengas*. O município de Buengas, ou a sua Sede, também é conhecido por Nova Esperança<sup>35</sup>. Em Kikongo é “*Mbwenge ou Mbwenga*”, conforme a variante Kiyaka do Kikongo e “*Buengas*” em Português.

- **Púri** - O nome do Município é originário de um riacho com o nome de Púri, sendo uma adaptação dos portugueses à designação em kikongo de **M’Pudi**. Consta que a região onde se situa hoje a vila de Púri chamava-se Quicumbo, que era o nome do fundador da aldeia. ‘**Qui**’ é uma expressão cuja função é reforçar o nome. ‘**Cumbo**’ quer dizer que é uma pessoa que fala por detrás das costas dos outros<sup>36</sup>.

Portanto, *M’pudi* em Kikongo e, hoje, é Púri, em Português.

- **Maquela do Zombo** - Maquela vem de “*makele*” que significa força de vontade e **Zombo**, área onde vivem os muzombo. A razão de maquela-força de vontade é motivada segundo esta versão, no facto de um indígena se ter separado da tribo em S. Salvador do Congo e ter vindo para esta região fundar a sua povoação<sup>37</sup>. “*Makela ma Zombo*” em Kikongo e “*Maquela do Zombo*”, em Português.
- **Milunga** - O nome do Município de Milunga tem origem num acontecimento histórico. Durante bastante tempo viveu-se no território hoje denominado **Milunga** uma época de confrontos entre vários grupos com identidades diferentes. Após anos de confrontação decidiram levar a cabo uma reunião de reconciliação com os chefes de todos os grupos<sup>38</sup>. Tanto para o Kikongo como para o Português, a grafia mantém-se “*Milunga*”.

---

<sup>35</sup> Cf. Perfil do Município de Buengas, 2012

<sup>36</sup> Cf. Perfil do Município do Púri, 2012: 4.

<sup>37</sup> Uma fonte oral por confirmar ao longo do desenvolvimento do projecto de levantamento dos topónimos ao nível do município de Maquela do Zombo.

<sup>38</sup> Cf. Perfil do Município de Milunga, 2012

## CONCLUSÕES

De acordo com a descrição feita, a análise e tratamento dos dados obtidos, o estudo da Toponímia parece-nos cada vez mais importante, pelo facto de, pela sua natureza, enquanto estudo ligado à Onomástica, implica a vida humana e a sua convergência com os aspectos culturais, históricos e linguísticos, identificando uma determinada nação ou povo qualquer.

Como qualquer ciência, a Toponímia não deixa de ser analisada sob o aspecto lexicológico, uma vez que os nomes constituem unidades lexicais tanto de forma como de sentido, sobretudo no contexto em que as localidades são/foram nomeadas na língua Kikongo, com enfoque para a realidade cultural e histórica; sofreram alterações gráficas, fruto do contacto desta língua com o Português (no processo de descoberta de novas terras por parte do ocidente/português no século XV e XVI e a procura das melhores condições de vida).

Essa influência fez com que houvesse uma alteração gráfica, sobressaindo a língua do colonizador, o aportuguesamento dos nomes. Porém, com o avanço das línguas locais, Kikongo em particular, não é um favor, mas uma necessidade que se encontre uma linha de consenso, onde esses topónimos possam encontrar, mesmo que não seja o retorno da grafia original da sua língua, mas a verdadeira semântica que lhes foi atribuída.

Assim, procurámos como linhas de força, apresentar em primeiro lugar a origem e significado de alguns topónimos e, em seguida, apresentámos sugestões de grafia, conforme a língua que se queira adoptar para a sua definitiva designação, pois em muitos documentos já existe essa opção. Um dos exemplos é *Uije, Makela do Zombo, Kimbele e Kangola* que, além existirem em muitos manuais da produção nacional, já figuram em muitos documentos, actuais e antigos da Igreja Católica, sobretudo local, como se pode ler em Malundo<sup>39</sup>.

Muitos aspectos merecem um tratamento adequado para valorizar os povos na sua identidade patrimonial, racional, científica.

---

<sup>39</sup> Cf. Malundo, Nelson. *Relatório Anual da Diocese do Uije*. Uije, 2004: 29 ss

Os topónimos recolhidos foram organizados segundo a classificação taxonómica. Conseguimos verificar que maior parte dos nomes são Potamónimos, Sociotopónimos, Antrotopónimos e Historiotopónimos.

Portanto, considerando a adaptação gráfica das unidades lexicais de uma língua para outra, em que os topónimos não são excepção, podemos permitir que os topónimos não se alterem, mas que se mantenham vivas as explicações culturais pelas quais foram designados, transmitindo-as para as futuras gerações.

Porém, as próximas designações toponímicas deverão configurar uma característica morfossemântica e fonético-fonológica próprias da língua de origem (Português, Kigongo ou outra), conforme as motivações e as características culturais, históricas, geográficas, etc. de cada topónimo em causa, evitando, deste modo confusões entre línguas, pois se olharmos por aquilo que caracteriza muitos topónimos como Rua Industrial, Rua da Agricultura (na cidade do Uíje), Belo Horizonte, Rossio, Benfica, São Paulo (nomes de aldeias na comuna de Macocola/Milunga), a verdade é que ninguém os põe em questão, uma vez que a língua de origem não sofreu influência, evitando, assim, um estudo redobrado para a sua compreensão.

Recomendamos que o Ministério da Administração do Território e o Instituto de Línguas Nacionais entrem num diálogo de concensos a fim de aprovarem um único documento que guie a estrutura fonético-fonológica das línguas bantu angolanas, onde o Kikongo é parte integrante.

De igual modo, sugerimos que se criem políticas linguísticas baseadas em costumes culturais, históricos e linguísticos do Kikongo ou do Português ou outra língua para a designação toponímica, ou seja, que cada topónimo espelhe razões fundamentadas da sua atribuição de modo a melhor determinar a única forma da sua grafia.

## BIBLIOGRAFIA GERAL

- AA.VV. *Falar Melhor, Escrever Melhor*. 1ª Edição, Selecções do Reader's Digest, Lisboa, 1991.
- AITCHESON, Jean. *Introdução aos Estudos Linguísticos*. Tradução de António H. Branco. Publicações Europa-América, 1993.
- ALTUNA, Pe. Raul Ruiz de Asúa. *Cultura Tradicional Bantu*. Edições Paulinas, S. Paulo, 2006.
- ANDRADE, Karylleila dos Santos, REIS, Anna Inez Alexandre e NASCIMENTO, Rodrigo Vieira. *Os Nomes de Lugares nos Livros Didáticos de Geografia e História: primeiras considerações*. s/d.
- ANTÓNIO, Samuel, MATUBAKANA, J. Pedro e VICTOR, Kadyamosiko António. *Kikongo – 'Nkanda wa Ndongokelo ya Tanga ye Soneka*. S/d.
- AZEVEDO, Fernando e SARDINHA, Maria da Graça (org). *Didática e Práticas – a língua e a educação literária*. Coleção: Educação Literária, Braga, 2013.
- BARROS, Lídia Almeida e ISQUERDO, Aparecida Negri (org). *O Léxico em Foco: múltiplos olhares*. Cultura Acadêmica Editora, Associação Brasileira de Editoras Universitárias, S. Paulo, 2010.
- BERNARDI, Bernardo. *Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos*. Tradução de A. C. Mota da Silva, Edições 70, Milão, 1974.
- BIZARRO, Rosa e MOREIRA, Maria Alfredo (org). *supervisão Pedagógica e Educação em Línguas*. Edições Pedagogo, Portugal, 2010.
- CAMEIA, Domingas Rosa Tchimbica Duarte. *Desenvolvimento da Competência Lexical na Aprendizagem da Língua Portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Perturbações da Linguagem na Criança, FCSH – UNL, Lisboa, 2013.
- CAMPOS, Eduardo. *Toponímia Abrantina*. 2ª Edição revista e aumentada, Abrantes, 1989.

- CARREIRA, António/QUINTINO, Fernando. *Antroponímia da Guiné Portuguesa*. Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, nº 49, Vol. 1, Lisboa, 1964.
- CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de e SEABRA, Cândida Trindade Costa de. *Léxico Toponímico de Origem Religiosa em Minas Gerais: A Distribuição do Topónimo Bom Sucesso ~ Bonsucesso nas Mesorregiões Mineiras*. XVII Congresso Internacional Asociación de Lingüística y Filología de América Latina, 2014.
- CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de. *Toponímia Religiosa: os nomes dos Santos e Santas em Território Mineiro*. Minas Gerais, s/d.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares Africanos na Bahia – um Vocabulário Afro-Brasileiro*. 2ª Edição, Academia Brasileira de Letras Topbooks, Rio de Janeiro, 2005.
- CHIVINGA, António Ngula. *Que Futuro para as Línguas Nacionais Angolanas? – ensaio sobre as políticas de protecção e valorização da línguas nacionais angolanas*. 1ª Edição, Centr'Artes, 2014.
- CONTENTE, Maria Madalena Dias Marques. *Terminocriatividade, Sinonímia e Equivalência Interlinguística em Medicina*. Edições Colibri, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008.
- CORREIA, Margarita e LEMOS, Lúcia San Payo de. *Inovação Lexical em Português*. Edições Colibri, Associação de Professores de Português, Lisboa, 2009.
- CORREIA, Margarita. *Os Dicionários Portugueses*. Coleção: O essencial sobre Língua Portuguesa, Editorial Caminho, Lisboa, 2009.
- COSTA, António Fernandes da. *Rupturas Estruturais do Português e Línguas Bantu em Angola*. Universidade Católica de Angola (UCAN), Luanda, 2006.
- CRESPI, Franco. *Manual de Sociologia da Cultura*. Tradução: Teresa Antunes Cardoso. 1ª Edição, Editorial Estampa, Lisboa, 1997.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 18ª edição, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 2005.

- Diário da República – Órgão Oficial da República Popular de Angola, I Série – nº 41, Sábado, 23 de Maio de 1987.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo 1554-1897*. 2ª Edição, S. Paulo, 1997.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Cultura*. Revista dos Institutos dos Estados do Brasil, São Paulo, 1987.
- ESTRELA, Edite/CORREIA, J. David Pinto. *Guia Essencial da Língua Portuguesa para a Comunicação Social*. 2º Congresso dos Jornalistas Portugueses, s/d.
- FARIA, Isabel, PEDRO, Ribeiro, et al (Org.). *introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. 2ª Edição, Colecção Universitária, Lisboa, 2005.
- FERNANDES, João/NTONDO, Zavoni. *Angola: Povos e Línguas*. Editorial Nzila, Luanda, 2002.
- FERRAZ, Maria José. *Ensino da Língua Materna*. Colecção: O essencial sobre Língua Portuguesa, Editorial Caminho, Lisboa, 2007.
- FERREIRA, Carlos. *Sendi – Tierra de Miranda: Geografia e Toponímia*. 1ª Edição, Âncora Editora, Lisboa, 2013.
- FIRMINO, Gregório. *A Questão Linguística na África Pós-colonial: O caso do português e das línguas autóctones em Moçambique*. 1ª edição, Textos Editores, Lda, Maputo, 2006.
- GALISSON, Robert e COSTE, Daniel. *Dicionário de Didáctica das Línguas*. Tradução de Adelina Angélica Pinto, et al. Livraria Almedina, Coimbra, 1983.
- GENOUVIER, Emile e PEYTARD, Jean. *Linguística e ensino do Português*. Livraria Almedina, Coimbra, 1974.
- HILL, Archibald A. (org). *aspectos da Linguística Moderna*. 2ª Edição, S. Paulo, 1974
- IMBAMBA, José Manuel. *Uma Nova Cultura para Mulheres e Homens Novos*. 2ª edição, Edições Paulinas, Angola, 2010.

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Censo 2014 – Resultados Preliminares do recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014*. Angola, Setembro de 2014.
- ISQUERDO, Aparecida Negri e ALVES, Ieda Maria (org). *As Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Editora UFMG, Associação Editorial Humanitas, 1994.
- ISQUERDO, Aparecida Negri. *O Nome do Município. Um Estudo Etnolinguístico e Socio-cultural na Toponímia Sul-Mato-Grossense*. Brasil, 2008.
- KUKANDA, Vatomene. *Notas de Introdução à Linguística Bantu*. Universidade Agostinho Neto, ISCED de Lubango, Lubango, 1986.
- LIMA, Emanoela Cristina. *Nomes de Possível origem Africana na Toponímia de Minas Gerais: pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa toponímica*. Rio de Janeiro, 2011.
- LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca. *Importância de uma Lexicologia Contrastiva, Letras Soltas 1*. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1979.
- LINO, Maria Teresa. (em col) MEDINA, Daniel, GRÓS, Ana Pita e CHICUNA, Alexandre. *Neologia, Terminologia e Lexicultura. A Língua Portuguesa em Situação de Contacto de Línguas*. Revista de Filosofia e Linguística Portuguesa, 42 (2) Universidade de São Paulo, Indexada em Latindex, 2010.
- LINO, Maria, MOCHO, Maria, COSTA, Maria. *Terminologia da Lexicologia e Lexicografia*. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1991. In *Dicionário de termos Linguísticos*, Associação de Linguística Portuguesa, ILTEC, 1991.
- LINTON. Ralph. *O Homem – Uma Introdução à Antropologia*. Tradução de Livínia Vilela, 12ª Edição, São Paulo, 1987.
- LUCCHESI, Dante. *Sistema, Mudança e Linguagem – Estudos Linguísticos*. Edições Colibri, Lisboa, 1998.
- LUSAKALALU, Pedro. *Línguas e Unidades Glossonímicas*. 1ª Edição, Editorial Nzila, Coleção: Ensaio/Língua e Cultura, Luanda, 2005.

- MACHADO, Carmo Miranda. *Entre dois Mundos. Entre duas Línguas*. Edições Colibri, Lisboa, 2007.
- MARCELLESI, Jean-Baptiste e GARDIN, Bernard. *Introdução à Sociolinguística*. Editorial Aster, Lisboa, 1975.
- MARTINET, André. *Elementos de Linguística Geral*. Clássica Editora, Lisboa, 2014.
- MATEUS, Maria Helena Mira, et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. 6ª Edição, Coleção Universitária, Editorial Caminho, Lisboa, 2003.
- MINGAS, Amélia A. *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*. 1ª Edição, Caxinde Editora e Livraria, Luanda, 2000.
- MUACA, Eduardo André. *Breve História da Evangelização de Angola*. 2ª edição, Conferência Episcopal de Angola e S. Tome (CEAST) Comissão Episcopal da Cultura, 2001.
- MUANZA, Manuel (org). *Caderno de Estudos Literários e Linguísticos*: 1ª Edição, Edições Mayamba, Luanda, 2010.
- MUDIAMBO, Quibongue. *Estudos Linguísticos sobre a Lexicologia e a Lexicografia de Aprendizagem (aplicados ao Ensino da Língua Portuguesa)*. Edições Colibri, Lisboa, 2014.
- NETO, Muamba Garcia. *Aproximação Linguística e Experiência Comunicacional. O caso da Escola de Formação Garcia Neto*. 1ª Edição, , Mayamba, Coleção: Kunyonga, Luanda, 2012.
- NETTO, Waldemar Ferreira. *Introdução à Fonologia da Língua Portuguesa*. Edições Hedra, São Paulo, 2001.
- NGUNGA, Armindo. *Introdução à Linguística*. Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Moçambique, 2004.
- NTONDO, Zavoni. *A Contribuição para uma Normalização Ortográfica da Toponímia Angolana*, s/d.
- NTONDO, Zavoni. *Morfologia e Sintaxe do Ngangela*. 1ª Edição, Editorial Nzila, Luanda, 2006.

- PAUL, Hermann. *Princípios Fundamentais da História da Língua*. Tradução de Maria Luisa Schemann, 2ª Edição, Fundação Colouste Gulbenkian, Lisboa, 1966.
- PESSOA, Fernando. *A Língua Portuguesa*. Edição Luísa Medeiros, Assírio & Alvim, Lisboa, 1997.
- PIEL, Joseph M. *Consiações Gerais sobre Toponímia e Antroponímia Galegas*. Universidade de Colónia, 1979.
- QUIALA, Miguel Barroso. *Longoka Kikongo (Aprenda Kikongo)*. 1ª Edição, Mayamba, Luanda, 2013.
- QUIVUNA, Manuel. *Lexicologia Aplicada ao Ensino do Léxico em Português Língua não Materna*. Edições Colibri, Lisboa, 2014.
- REBOUL, Olivier. *A Filosofia da Educação*. Edições 70, Lisboa, 2000.
- REDINHA, José. *Distribuição Étnica da Província de Angola*. 5ª Edição, (CITA) Centro de Informação e Turismo de Angola, 1969.
- REIS, Victorino. *Sociolinguística: Dinâmica funcional VS problemas funcionais da língua*. 1ª edição, Editorial Nzila, Luanda, 2006.
- ROCHA, Edmundo. *Angola – Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano (período d3 1950 a 1964)*. 2ª Edição, Edições Dinalivro, Lisboa, 2009.
- ROSA, Maria Carlota. *Introdução à Morfologia*. Editora Contexto, São Paulo, 2002.
- SANTOS, Andrade Karilleila dos, et al. *Os Nomes de Lugares nos Livros Didáticos de Geografia e História: Primeiras considerações*. Revista Trama, Vol. 10, nº 20, 2º Semestre, 2014.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de José Victor Adragão. 4ª Edição, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1978.
- SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Org). *O Léxico em Estudo*. Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2006.

- SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (org). *O Léxico em Estudo*. Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2006.
- SEEMANN, Jörn. *A Toponímia como Construção Histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará*. Brasil, 2005.
- SILVA, Alice, Júlio Matari. *Influência da Língua Portuguesa nos Topónimos em Kimbundu dos Municípios de Alto-Kauale e Negage (Província do Uije)*. Dissertação para o Grau Académico de Mestre em Ensino da Língua Portuguesa. ISCED-Luanda, Luanda, 2011.
- SOUSA, Alexandre Melo de. *Toponímia e Ensino: Proposta para a Aplicação ao Nível Básico*. Universidade Federal de Acre (UFAC), Brasil, s/d.
- SOUSA, Fonseca. *Etnografia de Angola – entre a pesquisa e o desenvolvimento de políticas culturais*. 1ª Edição, Mayamba, Colecção: Kunyonga, Luanda, 2012.
- SOUSA, Otilia Costa e / CARDOSO, Adriana (Eds). *Desenvolver Competências em Línguas – Percursos Didáticos*. 2ª Edição, Edições Colibri, Lisboa, 2011.
- TITIEV, Mischa. *Introdução à Antropologia Geral*. 11ª Edição, Fundação Colouste Gurbenkian, Lisboa, 1969.
- TRINDADE, António/PEREIRA, Teresa (Coordenação). *II Jornadas sobre Toponímia de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1997.
- VASCONCELLOS, J. Leite. *Antroponímia Portuguesa*. 1ª Edição, Imprensa Nacional, Lisboa, 1928.
- VASCONCELLOS, J. Leite. *Opúsculos – Onomatologia*. Vol. III, Coimbra, 1931.
- VILELA, Mário. *Estudos de Lexicologia do Português*. Livraria Almeida, Lisboa, 1994

## BIBLIOGRAFIA: GRAMÁTICAS

BARROS, Vítor Fernando. *Gramática da Língua Portuguesa*. 1ª Edição, Âncora Editora, Lisboa, 2011.

BARROS, Vítor Fernando. *Gramática da Língua Portuguesa*. 2ª Edição, Âncora Editora, Lisboa, 2013.

TAVARES, José Lourenço. *Gramática da Língua do Congo (Kikongo) – Dialecto Kisolongo*. Imprensa Nacional de Angola, Loanda, 1915.

AMORIM, Clara e SOUSA, Catarina. *Gramática da Língua Portuguesa*. Ariel Editores, 2013.

## BIBLIOGRAFIA: DICIONÁRIOS

AA.VV. *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Nº 18, Editorial Verbo, Lisboa, 1976.

COBE, Francisco Narciso. *Novo Dicionário Português Kikongo*. 1ª Edição, Edições Mayamba, Coleção: Mayamba Dicionários – 1, Luanda, 2010.

OLIVEIRA, Dinis Branco de, et al. *Dicionário de Didáctica de Metalinguagens*. Porto Editora, Porto, 2000.

XAVIER, Maria Francisco e MATEUS, Maria Helena (org). *Dicionário de termos Linguísticos*. 1ª ed., vol. II, Associação Portuguesa de Línguas, Instituto de Linguística Teórica e Computacional, Lisboa, 1993.

## BIBLIOGRAFIA: DOCUMENTOS OFICIAIS

AA.VV. *Boletim do Instituto de Angola*. Nº 18, Instituto de Angola, Luanda, 1964.

AA.VV. *Perfil da Província do Uíje*. Uíje, 2012.

AA.VV. *Perfil do Município de Ambuila*. Uíje, 2012.

AA.VV. *Perfil do Município de Cangola*. Uíje, 2012.

AA.VV. *Perfil do Município de Milunga*. Uíje, 2012.

AA.VV. *Perfil do Município do Bembe*. Uíje, 2012.

AA.VV. *Perfil do Município do Bungo*. Uíje, 2012.

AA.VV. *Perfil do Município do Kimbele*. Uíje, 2012.

AA.VV. *Perfil do Município do Negage*. Uíje, 2012.

AA.VV. *Perfil do Município do Quitexe*. Uíje, 2012.

AA.VV. *Perfil do Município do Uíje*. Uíje, 2012.

AA.VV. *Perfil do Município dos Buengas*. Uíje, 2012.

MALUNDO, Nelson, *Relatório Anual 2004*. Diocese do Uíje, Uíje, 2004.

## ANEXOS

### I Anexo - Algumas placas toponímicas dos municípios da província do Uíje.











**II. Anexo - Algumas placas toponímicas de aldeias do município do Uíje.**







